

A VIRADA INSTITUCIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DE 2003 E SEU IMPACTO NA QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DE ACEMOGLU¹

THE INSTITUTIONAL SHIFT IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO SINCE 2003 AND ITS IMPACT ON THE QUALITY OF PUBLIC POLICIES: AN ASSESSMENT BASED ON ACEMOGLU

EL GIRO INSTITUCIONAL EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO A PARTIR DE 2003 Y SU IMPACTO EN LA CALIDAD DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UNA EVALUACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DE ACEMOGLU

Robson Antonio Grassi²
Sávio Bertochi Caçador³
Edson Zambon Monte⁴

RESUMO

Este artigo propõe que a virada institucional vivenciada pelo estado do Espírito Santo a partir de 2003 – muito estudada por cientistas políticos – pode ter ampliada a sua compreensão a partir da visão teórica de economistas como D. Acemoglu (e coautores). Embora no Brasil este autor seja mais conhecido a partir de aplicações econométricas relacionadas ao desempenho institucional de municípios, o presente trabalho pretende mostrar que sua visão teórica sobre o tema, principalmente a voltada para o entendimento de instituições inclusivas e extrativistas, pode ser interessante também para a explicação da referida virada institucional, mesmo sem ser possível, neste caso, a aplicação dos mesmos tipos de métodos econométricos. O artigo contribui para o debate mostrando que a substancial melhoria na qualidade das políticas públicas do Espírito Santo (educação, saúde, segurança pública, redução da desigualdade etc.) a partir de 2003 evidencia o predomínio de instituições inclusivas em detrimento das extrativistas (que vinham crescentemente se enraizando no estado no período 1991-2002). Para confirmar tal fato, em uma abordagem ao mesmo tempo histórica e quantitativa, os indicadores de políticas públicas do Espírito Santo são comparados com os de um estado com instituições mais estáveis do que as capixabas em todo o período estudado (Santa Catarina) e com os de outro que tem passado recentemente pelos mesmos problemas institucionais que o Espírito Santo enfrentava antes de 2003 (Rio de Janeiro).

Palavras-chave: instituições inclusivas e extrativistas; políticas públicas; Espírito Santo.

¹Agradecemos os comentários de três pareceristas anônimos, evidentemente isentando-os de quaisquer incorreções remanescentes.

²Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória. Espírito Santo. Brasil. E-mail: ragrassi@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3735-3427>.

³Doutor em Economia pela UFES. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). Vitória. Espírito Santo. Brasil. E-mail: sbcacador@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4056-8202>.

⁴Doutor em Engenharia Ambiental pela UFES. Professor Adjunto da UFES. Vitória. Espírito Santo. Brasil. E-mail: edsonzambon@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6878-5428>.

ABSTRACT

This article proposes that the institutional shift experienced by the state of Espírito Santo beginning in 2003 – extensively studied by political scientists – can be further understood through the theoretical perspective of economists such as D. Acemoglu (and coauthors). Although in Brazil this author is better known for econometric applications related to the institutional performance of municipalities, the present work aims to show that his theoretical view on the subject, particularly regarding the understanding of inclusive and extractive institutions, may also be useful in explaining the aforementioned institutional shift, even without the possibility, in this case, of applying the same types of econometric methods. The article contributes to the debate by showing that the substantial improvement in the quality of Espírito Santo's public policies (education, health, public security, reduction of inequality, etc.) from 2003 onward demonstrates the predominance of inclusive institutions over extractive ones (which had been increasingly taking root in the state during the period 1991-2002). To confirm this, through an approach that is both historical and quantitative, Espírito Santo's public policy indicators are compared with those of a state whose institutions were more stable throughout the studied period (Santa Catarina), and with those of another state that has recently faced the same institutional problems that Espírito Santo was dealing with before 2003 (Rio de Janeiro).

Keywords: inclusive and extractive institutions; public policies; Espírito Santo.

RESUMEN

Este artículo propone que el giro institucional experimentado por el estado de Espírito Santo a partir de 2003 – ampliamente estudiado por científicos políticos – puede ser mejor comprendido desde la perspectiva teórica de economistas como Daron Acemoglu (y coautores). Aunque en Brasil este autor es más conocido por aplicaciones econométricas relacionadas con el desempeño institucional de los municipios, el presente trabajo busca demostrar que su marco teórico, especialmente el orientado a la comprensión de instituciones inclusivas y extractivas, también resulta pertinente para explicar dicho giro institucional, aun cuando en este caso no sea posible aplicar los mismos métodos econométricos. El artículo contribuye al debate mostrando que la mejora sustancial en la calidad de las políticas públicas de Espírito Santo (educación, salud, seguridad pública, reducción de la desigualdad, etc.) a partir de 2003 evidencia el predominio de instituciones inclusivas en detrimento de las extractivas, las cuales se habían venido arraigando crecientemente en el estado durante el período 1991-2002. Para confirmar este hecho, mediante un enfoque simultáneamente histórico y cuantitativo, los indicadores de políticas públicas de Espírito Santo se comparan con los de un estado cuyas instituciones fueron más estables en todo el período analizado (Santa Catarina) y con los de otro que ha enfrentado recientemente los mismos problemas institucionales que Espírito Santo padecía antes de 2003 (Río de Janeiro).

Palabras clave: instituciones inclusivas y extractivas; políticas públicas; Espírito Santo.

Como citar este artigo: GRASSI, Robson Antonio; CAÇADOR, Sávio Bertochi; MONTE, Edson Zambon. A virada institucional do estado do Espírito Santo a partir de 2003 e seu impacto na qualidade das políticas públicas: uma avaliação a partir de ACEMOGLU. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 16, p. 549-581, 18 set. 2026. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v16.6085>.

Artigo recebido em: 14/09/2025; **Artigo aprovado em:** 25/08/2026; **Artigo publicado em:** 18/09/2026

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000 o Espírito Santo gozava de uma reputação negativa no cenário nacional. O jornal Folha de São Paulo, por exemplo, denominava o estado capixaba de “Estado sem lei”⁵. Porém, sua trajetória institucional e política começou a mudar profundamente a partir do ano de 2003. Com forte apoio da sociedade civil, começou neste ano a atuação de dois grupos políticos distintos e adversários, que têm se revezado no comando do Poder Executivo estadual desde então, mas mantido, ao longo desse período de mais de vinte anos, a continuidade de boas políticas públicas (para os parâmetros brasileiros) nas áreas de saúde, educação, segurança pública etc., o que tem contribuído para destacar o Espírito Santo no cenário nacional, mas dessa vez de forma positiva. Eis alguns exemplos: “O estado do Espírito Santo beirou o fracasso e se tornou um estado-máfia. Hoje, é um caso de sucesso, após uma operação bem-sucedida de salvamento por uma coalizão envolvendo sociedade civil, lideranças empresariais e políticas” (Abranches, 2020, p. 7); “Governo do Espírito Santo foi o que mais realizou investimentos em 2023, entre todos os Estados da Federação”;⁶ “Espírito Santo passou da posição de ‘primo pobre’ do Sudeste a referência nacional”.⁷

No campo da Ciência Política já é possível identificar alguns estudos importantes que interpretam esses momentos de baixa (como será mostrado, o período 1991-2002) e de melhoria da qualidade (de 2003 até os dias atuais) das instituições políticas capixabas. Silva (2010, p. 30), por exemplo, elege “a deterioração das instituições políticas” como a principal característica desse momento de baixa qualidade institucional, e trata o período de melhoria desta como uma “restauração da ordem democrática”.

No entanto, destaca-se que até o momento, praticamente nenhum estudo foi realizado no âmbito da Ciência Econômica especificamente sobre o Espírito Santo para se entender de forma detalhada essas importantes mudanças institucionais e suas implicações econômicas, e, com certeza, nenhuma pesquisa científica utilizou, neste campo do conhecimento, abordagens institucionalistas. Portanto, essa é a principal justificativa para se realizar o presente trabalho, partindo-se do princípio de que a abordagem institucional de autores como Daron Acemoglu representa um poderoso arcabouço para se lançar novas luzes sobre esse rico período da história capixaba.

Como se sabe, o que diferencia a contribuição de Acemoglu de outras visões institucionalistas (o que inclusive o levou a ser laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 2024, juntamente com seus coautores Simon Johnson e James Robinson), é a ênfase no estudo de como a distribuição de poder político e econômico exerce papel fundamental no processo de mudança institucional de países e regiões e no próprio crescimento econômico (Acemoglu *et al.*, 2005). Neste contexto, os autores também se destacam no estudo do balanço entre instituições extrativistas e inclusivas como determinante fundamental do desenvolvimento econômico (Acemoglu; Robinson, 2012).

⁵ Vide Ribeiro (2003).

⁶ Vide SEP (2024).

⁷ Vide Pessanha (2022).

No que se refere a aplicações empíricas, Acemoglu tem sido mais conhecido no Brasil a partir do grande volume de aplicações econométricas relacionadas ao desempenho institucional de amostras de municípios. Então, esta pesquisa pretende mostrar que sua visão teórica, principalmente a voltada para o entendimento de instituições inclusivas e extrativistas, pode ser interessante também para se entender a dinâmica da mencionada inflexão institucional da economia capixaba, mesmo sem ser possível a aplicação de vários tipos de métodos econométricos comumente associados ao autor (como dados em painel, dados *cross-section* e econometria espacial), para este caso específico.

O artigo contribui para o debate, a partir de uma abordagem ao mesmo tempo histórica e quantitativa, mostrando, em primeiro lugar, que a substancial e contínua melhoria na qualidade das políticas públicas do Espírito Santo (educação, saúde, segurança pública, redução da desigualdade etc.) surge exatamente após a inflexão institucional de 2003 (juntamente com a “conjuntura crítica” que a gerou). Além disso, o trabalho evidencia, a partir daí, o predomínio de instituições inclusivas em detrimento das extrativistas (que vinham crescentemente se enraizando no estado no período 1991-2002). Para evidenciar tal fato, os indicadores de políticas públicas do Espírito Santo são comparados com os de um estado com instituições mais estáveis do que as capixabas em todo o período estudado (Santa Catarina) e com os de outro que tem passado pelos mesmos problemas institucionais que o Espírito Santo enfrentava antes de 2003 (Rio de Janeiro). Em termos quantitativos, tal comparação visa verificar como evoluíram os indicadores das políticas em cada estado (o que chamaremos “velocidade de melhoria”), e é realizada a partir de cálculos de porcentagens, mas, também, com métodos como CAGR (*Compound Annual Growth Rate* ou Taxa de Crescimento Anual Composta) e regressões, tanto linear como log-linear.

Para cumprir seus objetivos, o artigo é dividido em mais três seções, além desta introdução. A seção dois apresenta os principais desenvolvimentos teóricos sobre instituições de Acemoglu e dos autores que com ele trabalham, e a proposta metodológica gerada a partir daí para esta pesquisa. A seção três mostra a evolução política e institucional do Espírito Santo desde os anos noventa, evidenciando o momento de mudança institucional de 2003 e a trajetória posterior. E, também expõe dados sobre importantes políticas públicas para três estados (Espírito Santo, Santa Catarina e Rio de Janeiro), procedendo a uma comparação entre o desempenho destes entes federativos, fechando com isso a aplicação da metodologia proposta. Por fim, chega-se às notas conclusivas do artigo.

2 A ABORDAGEM INSTITUCIONAL DE ACEMOGLU E COAUTORES: VISÃO TEÓRICA E APLICAÇÕES EMPÍRICAS

2.1 A VISÃO TEÓRICA DE ACEMOGLU NO CONTEXTO DAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

As abordagens institucionalistas têm contemplado em certa medida alguma teorização sobre o tema do crescimento econômico. Em que pese o grande número de estudos recentes que explicitam os elementos centrais de uma análise institucionalista, pode-se agrupá-los em três abordagens: o Antigo Institucionalismo; a Nova Economia Institucional (NEI); e o Neo-Institucionalismo (Conceição, 2001).

Embora existam divergências entre as vertentes (Conceição, 2001), as semelhanças são mais fortes para o entendimento da importância das instituições na interpretação da realidade e de como influenciam o comportamento dos agentes. Por exemplo, a partir de fatores como o entendimento do crescimento econômico como “processo”, o que implica incorporar seu ambiente histórico e suas especificidades locais.

Neste contexto, Daron Acemoglu (e coautores) têm centrado suas pesquisas em temas ligados ao crescimento econômico, à economia política e à economia do trabalho. Embora haja controvérsia sobre se esses autores são ou não associados à NEI, eles realizam seus estudos a partir do conceito de instituições da abordagem novo-institucional de Douglass North (Acemoglu *et al.*, 2005). E, a partir daí, propõem que as instituições econômicas – regras de uma sociedade que dizem respeito às transações econômicas como, por exemplo, proteção dos direitos de propriedade, o funcionamento e a imparcialidade do sistema judicial, os arranjos financeiros que determinam como indivíduos e empresas podem tomar dinheiro emprestado e os regulamentos que determinam o custo de entrar em uma nova linha de negócios ou uma nova ocupação – são relevantes na determinação do crescimento econômico no longo prazo, pois moldam os incentivos dados aos agentes na sociedade, influenciam investimentos em capital físico, em capital humano e em tecnologia, e ajudam na organização da produção.

Uma característica central da análise de Acemoglu, e que a distingue de outras abordagens institucionalistas, é a forma como diferenciam poder político *de jure* e *de facto* (Acemoglu *et al.*, 2005). Para os autores, o poder político *de facto* é a fonte primária do poder e consiste na capacidade que um grupo tem de impor sua vontade sobre os demais pelo uso da força. Já o poder político *de jure* é aquele que foi alocado ao grupo que o detém através do sistema político sem a necessidade do uso da força, mas de arranjos sociais ou políticos aos quais cabe a alocação deste poder. Esses arranjos são as instituições políticas.

Contudo, o poder político não é determinado exclusivamente pelas instituições políticas. Um indivíduo pode possuir poder político, mesmo que esse não lhe seja atribuído pelas instituições políticas. Essa outra classificação do poder político – poder político *de facto* – depende primordialmente da distribuição de recursos, uma vez que os grupos que dispõem de recursos econômicos têm maior facilidade em resolver seus problemas coletivos e impor suas vontades à sociedade. Inclusive com a estrutura de poder *de facto* podendo influir sobre a forma como as leis estabelecidas são ou não respeitadas.

Assim, enquanto as instituições políticas determinam o poder político *de jure* (formal) na sociedade, a distribuição de recursos influencia a alocação de poder político *de facto* (efetivo). Essas duas fontes de poder político, por sua vez, afetam as escolhas de instituições econômicas e a evolução futura das próprias instituições políticas. E as instituições econômicas determinam o desempenho da economia, tanto em termos de crescimento como em termos de distribuição de recursos em $t+1$ (onde t é o tempo). Ou seja, embora as instituições econômicas sejam determinantes fundamentais do crescimento econômico, elas são endógenas e moldadas pelas instituições políticas e pela distribuição de riquezas da sociedade (Acemoglu *et al.*, 2005).

2.2 AS INSTITUIÇÕES INCLUSIVAS E EXTRATIVISTAS E O PROCESSO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL

Uma outra ideia interessante de Acemoglu e coautores sobre instituições, relacionada com a anterior (a diferenciação entre poder político *de facto* e *de jure*), mas que nos interessa mais diretamente, dados os objetivos deste artigo, se refere à resposta a uma pergunta fundamental. Em “*Por Que as Nações Fracassam*”, Acemoglu e Robinson (2012) tentam responder à seguinte questão: como explicar a grande divergência de aumento da renda ocorrida e favorável a alguns (poucos) países, a partir do século XIX? Para responder, eles constroem dois conceitos: instituições extrativistas e instituições inclusivas. A diferença entre ambas se dá em relação às liberdades e direitos que os indivíduos detêm, criando, no primeiro caso, maus incentivos e no segundo, bons incentivos. As sociedades que foram capazes de fazer a transição de instituições extrativistas para instituições inclusivas foram aquelas que, por consequência, mais se desenvolveram economicamente.

As instituições econômicas inclusivas são definidas pelos autores da seguinte forma:

Instituições econômicas inclusivas são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazerem as escolhas que bem entenderem (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 58).

Com isso, instituições econômicas inclusivas compreendem outros elementos que permitem a integração de toda a população à economia, criando mercados inclusivos. Assim:

Para serem inclusivas, as instituições econômicas devem incluir segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 59).

Isso tudo evidencia a importância do papel do Estado nesta teoria. Como também fica claro na passagem anterior, os autores destacam o papel da provisão dos mais diversos tipos de serviços públicos em sua complementaridade aos mercados, para a garantia da estabilidade social.

Por motivos como esse, a política tem destacado papel na teoria proposta por Acemoglu e Robinson (2012). Os autores entendem que é por meio da política que as instituições (inclusivas ou extrativistas) são escolhidas e sustentadas. Quando a política permite, países adotam instituições inclusivas que organizam a sociedade de maneira eficiente, alcançando o desenvolvimento econômico. Do contrário, há uma escolha pelo subdesenvolvimento: quem detém o poder adota instituições extrativistas que perpetuam a pobreza da maioria em favor da manutenção do poder e da riqueza de uma minoria. Por isso, os autores entendem que as escolhas de políticas públicas (e de sua qualidade) são feitas de acordo com os constrangimentos institucionais que as elites enfrentam (Acemoglu; Robinson, 2012).

As instituições econômicas extrativistas são o extremo oposto das inclusivas, pois seu objetivo é extrair renda da população e transferi-la para as elites detentoras do poder político. Acemoglu e Robinson (2012) identificam os mecanismos pelos quais essa extração ocorre: a falta de proteção aos direitos de propriedade, que são agredidos através da expropriação e da sobretaxação; a criação de barreiras alfandegárias; a supressão do funcionamento dos mercados;

a dificuldade para criar empresas; a dificuldade para registrar patentes; o baixo investimento em serviços públicos; e, tudo mais que possa limitar a concorrência de modo a gerar renda.

Já as instituições políticas inclusivas permitem a distribuição do poder pela sociedade ao mesmo tempo em que impõem restrições ao seu uso, que não é exercido por poucos, mas por vários atores, de vários grupos, em uma ampla coalizão (Acemoglu; Robinson, 2012). Neste contexto, um aspecto fundamental das instituições econômicas inclusivas é a viabilização do crescimento econômico por meio da tecnologia, da educação e do conhecimento. No que tange à educação e ao conhecimento, é aqui que “vemos a importância das instituições econômicas que criam uma igualdade de oportunidades” (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 61).

Já a mudança tecnológica é fruto da inovação, e as instituições inclusivas fomentam a inovação através da destruição criativa schumpeteriana. Como afirmam os autores: Novos setores atraem e desviam recursos dos antigos. Novas empresas absorvem os negócios daquelas já estabelecidas. Novas tecnologias tornam obsoletas as competências e equipamentos existentes (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 66).

As instituições econômicas inclusivas têm, então, como grande trunfo, a capacidade de prover incentivos ao investimento em capital físico, em capital humano e, sobretudo, em inovação. Essa última explica grande parte da enorme riqueza produzida desde a 1ª Revolução Industrial (por volta de 1760 a 1840) e é, inclusive, a explicação que os autores dão para a grande desigualdade entre países hoje, pois se tornaram ricos aqueles que foram capazes de aproveitar as oportunidades geradas por essa revolução, sendo que, obviamente, a capacidade de aproveitá-las dependeu das instituições que cada país possuía à época.

Por fim, vale ressaltar que é neste processo histórico que surge outro conceito importante em Acemoglu e coautores, o de mudança institucional. Acemoglu e Robinson (2012) creditam muita importância ao processo de mudança institucional como fator relevante para a trajetória econômica de uma região. Diferente de North (2005), que indica que a mudança institucional se deve a mudanças nos preços relativos e nas preferências, Acemoglu e Robinson (2012) colocam ênfase no papel da política, pois entendem que é por meio de sua atuação que as instituições são escolhidas ou sustentadas. Isto é, quando a política possibilita, regiões adotam instituições inclusivas que organizam a sociedade de maneira eficiente, alcançando o desenvolvimento econômico. Neste processo:

As instituições políticas inclusivas tenderiam a erradicar as instituições econômicas que expropriam recursos da maioria, erguem barreiras alfandegárias e suprimem o funcionamento dos mercados de modo que apenas uns poucos deles se beneficiam (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 64).

Mas, como explicar o surgimento de uma mudança institucional? Ainda mais que os autores consideram que as instituições são entidades em evolução, moldadas por dinâmicas de poder, acidentes históricos e escolhas estratégicas de atores-chave. Surge então a importância dos mecanismos de tal mudança propostos por Acemoglu e Robinson (2010; 2012), entre eles um muito importante para os objetivos deste artigo: a ideia de “conjuntura crítica”.

Conjunturas críticas, para os autores, são eventos disruptivos como guerras, pandemias, o colapso de impérios coloniais ou grandes crises econômicas, que criam oportunidades para a inovação institucional ou a transformação profunda. Essas conjunturas são inerentemente contingentes e imprevisíveis; no entanto, elas podem desestabilizar o equilíbrio de poder

existente, abrindo caminho para novas configurações institucionais. A imprevisibilidade dessas conjunturas implica que, embora as forças subjacentes possam acumular pressão, o momento preciso e a natureza das mudanças radicais são altamente incertos, dependendo das escolhas estratégicas e das dinâmicas de poder em jogo durante essas janelas de oportunidade. Isso destaca a importância do contexto histórico e de eventos específicos na moldagem das trajetórias institucionais.

Em suma, Acemoglu e Robinson (2012) evidenciaram que as nações que permanecem pobres atualmente assim o são porque têm uma estrutura institucional extrativista, o que, por conseguinte, impede-as de promover os incentivos capazes de nutrir o investimento e a inovação. Mesmo assim, os autores reconhecem que sua teoria tem capacidade limitada de prever o futuro de sociedades específicas, de predizer quais nações irão superar o subdesenvolvimento. Como a teoria por eles proposta tem entre seus pilares o papel da interação das instituições de cada sociedade (e suas peculiaridades) com as contingências históricas, fica claro que os rumos que cada sociedade pode tomar são imprevisíveis, como é a própria história. Contudo, ela permite afirmar as pré-condições necessárias para aquelas sociedades que vierem a fazer a transição: não há crescimento econômico no longo prazo (e desenvolvimento) sem instituições inclusivas. E o surgimento (e predomínio) destas em relação às instituições extrativas, em muitas situações, depende de mudanças institucionais, que por sua vez podem ser imprevisíveis, sujeitas a certos tipos de conjunturas críticas. É com estas ideias em mente que podemos passar à parte empírica do artigo.

2.3 APLICAÇÕES EMPÍRICAS DE PESQUISADORES BRASILEIROS A PARTIR DA ABORDAGEM DE ACEMOGLU

Além das inovações teóricas no estudo das instituições, a abordagem de Acemoglu e coautores é interessante também porque proporciona vasto campo para aplicações empíricas. No Brasil, é comum a utilização da visão teórica do autor para o estudo do desenvolvimento de regiões, mais propriamente de municípios, sempre com aplicação de métodos econométricos.

Caçador (2024) apresenta uma resenha exhaustiva sobre as aplicações da abordagem de Acemoglu no Brasil, que normalmente se baseiam ou na sua visão de instituições *de facto* e *de jure*, ou na comparação entre instituições extrativistas e inclusivas. No caso destas últimas, mais diretamente relacionadas com os objetivos do presente artigo, podemos comentar os seguintes trabalhos, apenas a título de ilustração:

Pereira *et al.* (2021) testaram os impactos diretos e indiretos das instituições no crescimento da produtividade, controlando para capital humano, capital físico e crescimento da demanda, nos municípios brasileiros. Os autores usaram as técnicas econométricas de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Mínimos Quadrados Ordinários em Dois Estágios (MQO2E), empregando variáveis geográficas como instrumento. O principal resultado encontrado foi que nos municípios com instituições inclusivas e com maior nível de capital humano, o crescimento da produtividade responde mais fortemente do que o crescimento da demanda.

Por outro lado, Suzuki *et al.* (2022) estudaram a heterogeneidade espacial do relacionamento entre qualidade institucional e crescimento e desenvolvimento econômico também dos municípios brasileiros. Como metodologia, os autores utilizaram o método de análise espacial de Regressão Ponderada Geograficamente (RPG), em dois estágios. Os

principais resultados encontrados foram: i) instituições inclusivas aumentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e a escolaridade média; ii) a análise espacial mostrou que o efeito da qualidade institucional no desempenho econômico é heterogêneo; iii) os ciclos do ouro e do açúcar influenciaram a formação inicial de instituições em apenas parte dos municípios brasileiros.

2.4 PASSANDO DOS MUNICÍPIOS AO CASO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Esta pesquisa propõe que a importância das ideias de Acemoglu sobre instituições pode ser verificada também em um estudo em que, por causa de sua natureza, não seja possível a utilização de abordagens econométricas como as acima descritas (mais voltadas para análises de municípios). Considera-se que o caso de um estado em específico, como o Espírito Santo, pode ser avaliado em sua trajetória histórica também a partir da visão teórica de Acemoglu, inclusive nos momentos de inflexão institucional, mas com uma abordagem empírica diferente.

Propõe-se então uma metodologia que se revele ao mesmo tempo histórica e quantitativa, sendo a análise histórica importante para identificação de mudanças institucionais e respectivas conjunturas críticas, e complementada com a utilização de indicadores importantes que evidenciem a evolução das políticas públicas, inclusive a velocidade de tal evolução, que teria que ser medida. A ideia é mostrar que melhorias continuadas (e comprovadas) na qualidade destas políticas significam o predomínio (ou o avanço) de instituições inclusivas, em detrimento das extrativistas.

Como é comum em estudos institucionalistas regionais, excluindo-se da análise as “macroinstituições”⁸, pode-se concentrar a abordagem apenas na execução de políticas públicas que são da competência dos poderes locais. A literatura especializada normalmente tem mostrado que a diferença nas instituições é elemento crucial para se entender a diversidade de trajetória de desenvolvimento entre estados e municípios, sempre considerando que o Brasil é um país em que as macroinstituições não mudam para suas regiões. Isso ficaria mantido para o presente artigo, mas com a diferença que neste caso, a partir de uma comparação com outros dois estados com evoluções institucionais bastante distintas, em termos quantitativos não seria possível a aplicação de alguns tipos de métodos econométricos comumente utilizados em estudos regionais sobre instituições (como dados em painel, dados *cross-section* e econometria espacial), e sim a utilização de métodos como CAGR e regressões, tanto linear como log-linear, visando verificar como evoluíram os indicadores das políticas em cada estado (o que chamaremos “velocidade de melhoria”).

Assim, neste artigo, a comparação na evolução das políticas públicas com a de outros estados mostrará se a trajetória do estado em análise é na direção do predomínio de instituições inclusivas ou extrativistas. Para isso, será confrontada a evolução dos indicadores que estão relacionados com importantes políticas públicas do Espírito Santo em comparação com Santa Catarina, reconhecido por ter melhores instituições (para os padrões brasileiros), e com o Rio de Janeiro, que vem apresentando problemas na evolução de tais instituições. Evidentemente,

⁸ Por macroinstituições entende-se: sistema político, índices de democratização, risco de expropriação de investimento privado estrangeiro, sistema judiciário, restrições ao poder executivo, tradição jurídica, entre outros.

que, para esta metodologia se apresentar como efetiva, um reportamento histórico, mesmo que breve, se mostra essencial, como mencionado anteriormente nesta subseção. Pensando especificamente no caso dos indicadores, considera-se tal reportamento facilitador do melhor entendimento também do impacto vindouro nos indicadores de políticas públicas.

Quanto aos indicadores utilizados, inicialmente considera-se que políticas públicas relacionadas com bom desempenho no trato das contas públicas e que também demonstrem transparência das próprias políticas na utilização dos recursos públicos indicam (i) se há ou não capacidade de investimento nas políticas verdadeiramente inclusivas; e (ii) menores riscos de apropriação (por meio de corrupção) dos recursos públicos de forma extrativista. Seriam políticas “meio”. E, políticas “finalísticas”, por sua vez, seriam as relacionadas com educação, saúde, segurança pública, redução da desigualdade etc., que indicam se a população realmente tem sentido os benefícios da execução de políticas inclusivas.

Para medir de forma comparativa a evolução dos indicadores de políticas públicas nos estados analisados, considera-se inicialmente a variação observada entre o primeiro e o último ano disponível para cada indicador. Essa medida fornece uma avaliação descritiva da mudança acumulada no período. Como os indicadores possuem diferentes unidades de medida e, em alguns casos, diferentes períodos de disponibilidade, as comparações são realizadas respeitando a natureza de cada indicador e utilizando, para cada série, todas as observações anuais disponíveis no intervalo analisado. Não são realizadas interpolações ou extrapolações para completar períodos sem observações. Para indicadores nos quais valores menores representam melhoria, como a taxa de mortalidade infantil, a taxa de homicídios e o índice de Gini, uma redução do indicador é interpretada como evolução favorável; para os demais indicadores, a interpretação considera que valores maiores representam melhoria.

Para medir comparativamente a evolução dos diferentes estados nos indicadores finalísticos das políticas públicas analisadas, considera-se inicialmente a variação observada entre o início e o final do período disponível para cada indicador. Essa medida corresponde à variação percentual acumulada da série e fornece uma avaliação direta da mudança ocorrida entre os dois extremos do período. Embora seja útil para caracterizar a evolução observada, essa medida não considera explicitamente a duração do período nem a trajetória intermediária da variável e não permite avaliar a significância estatística da mudança. Por essa razão, a análise denominada “velocidade de melhoria” é complementada por três medidas: a taxa de crescimento anual composta (CAGR), a tendência estimada por regressão linear e a tendência estimada por regressão log-linear.

A variação percentual acumulada entre o início e o final do período é calculada por:

$$\Delta Y(\%) = \left(\frac{Y_T - Y_0}{Y_0} \right) \times 100, \quad (1)$$

em que Y_0 e Y_T representam, respectivamente, o primeiro e o último valor observado da variável no período analisado. Essa medida expressa a magnitude da alteração acumulada entre os dois pontos extremos da série.

A segunda medida corresponde à taxa de crescimento anual composta (CAGR), que expressa a taxa anual constante que, aplicada de forma composta ao valor inicial, produziria o valor observado ao final do período:

$$\text{CAGR} = \left(\frac{Y_T}{Y_0} \right)^{\frac{1}{T}} - 1. \quad (2)$$

Quando expressa em porcentagem, a Equação (2) é dada por:

$$\text{CAGR}(\%) = \left[\left(\frac{Y_T}{Y_0} \right)^{\frac{1}{T}} - 1 \right] \times 100. \quad (3)$$

A CAGR permite, portanto, transformar a variação acumulada entre os valores inicial e final em uma taxa anual composta, facilitando a comparação da intensidade da mudança ao longo de períodos de duração distinta. Entretanto, assim como a variação percentual acumulada, a CAGR depende exclusivamente dos valores extremos da série e não incorpora as oscilações ocorridas entre esses pontos.

Como terceira medida, estima-se uma regressão linear simples da variável sobre o tempo:

$$Y_t = \alpha + \beta t + \varepsilon_t, \quad (4)$$

em que Y_t é a variável dependente no período t , α e β são os parâmetros a serem estimados e ε_t representa o termo de erro aleatório. O parâmetro β representa a variação média da variável, em unidades do próprio indicador, associada a uma unidade adicional de tempo. Assim, para indicadores cuja redução representa melhoria, valores negativos de β indicam tendência favorável; para indicadores cuja elevação representa melhoria, valores positivos de β indicam tendência favorável.

A significância estatística da tendência linear é avaliada por meio do teste da hipótese nula:

$$H_0: \beta = 0, \quad (5)$$

contra a hipótese alternativa:

$$H_1: \beta \neq 0. \quad (6)$$

A rejeição de H_0 indica que a tendência estimada é estatisticamente diferente de zero, dadas as especificações e condições de inferência adotadas.

Como quarta medida, estima-se uma regressão log-linear, definida por:

$$\ln(Y_t) = \alpha + \beta t + \varepsilon_t, \quad (7)$$

em que $\ln(Y_t)$ corresponde ao logaritmo natural da variável. Nesse caso, o coeficiente β representa aproximadamente a taxa de variação proporcional da variável por unidade de tempo. A taxa percentual anual exata associada ao coeficiente estimado é obtida por:

$$g(\%) = (e^\beta - 1) \times 100. \quad (8)$$

Para valores pequenos de β , utiliza-se frequentemente a aproximação $g \approx \beta$, sendo essa aproximação suficientemente precisa nos casos em que o coeficiente apresenta pequena magnitude. Nesta pesquisa, os valores apresentados na Tabela 1 para a regressão log-linear correspondem à taxa aproximada, com o coeficiente estimado multiplicado por 100.

As três medidas complementares – CAGR, regressão linear e regressão log-linear – possuem, portanto, propriedades distintas. A CAGR sintetiza a mudança entre os valores inicial e final em uma taxa anual composta; a regressão linear utiliza todas as observações disponíveis para estimar a variação média anual em unidades do próprio indicador; e a regressão log-linear utiliza todas as observações para estimar a tendência em termos proporcionais. A utilização conjunta dessas medidas permite verificar se a avaliação da evolução relativa dos estados é robusta à escolha do procedimento empregado.

Quanto ao tratamento dos dados, as comparações respeitam a natureza e a disponibilidade temporal de cada indicador. Como as variáveis apresentam diferentes unidades de medida e períodos de disponibilidade, são utilizadas, para cada série, todas as observações anuais efetivamente disponíveis no intervalo analisado, sem realização de interpolações ou extrapolações para preencher períodos sem observação. Dessa forma, o período de análise pode diferir entre os indicadores em função da disponibilidade das respectivas bases de dados.

Os valores extremos foram avaliados individualmente. Não foram identificados valores atípicos decorrentes de erros de registro ou de mudanças metodológicas nas bases oficiais. Quando os valores extremos estavam associados a eventos efetivamente ocorridos – como crises de segurança pública, epidemias ou mudanças abruptas de política pública – eles foram mantidos, por representarem características efetivas da dinâmica observada no período. A identificação de possíveis observações influentes considerou a inspeção visual das séries, os resíduos padronizados das regressões e medidas de influência, como a distância de Cook.

A direção desejável da evolução é definida de acordo com a natureza de cada indicador. Para aqueles em que valores menores representam melhores resultados, como a taxa de mortalidade infantil, a taxa de homicídios e o Índice de Gini, uma redução da variável é interpretada como evolução favorável. Para os indicadores em que valores maiores representam melhores resultados, como esperança de vida e IDEB, uma elevação da variável é interpretada como evolução favorável. Essa convenção é utilizada para interpretar o sinal dos coeficientes e ordenar os estados quanto à velocidade de melhoria dentro de cada indicador.

No que se refere aos diagnósticos das regressões, a presença de autocorrelação serial dos resíduos é avaliada por meio do teste de Breusch-Godfrey, enquanto a presença de heterocedasticidade é investigada pelo teste de Breusch-Pagan. A normalidade dos resíduos é examinada pelos testes de Jarque-Bera e Shapiro-Wilk. Quando identificadas heterocedasticidade e/ou autocorrelação, a inferência estatística é realizada com erros-padrão robustos: utiliza-se a correção de White diante de heterocedasticidade, a correção de Newey-West para autocorrelação e a correção de Newey-West quando ambas as condições estão presentes, uma vez que esse procedimento fornece erros-padrão consistentes na presença simultânea de heterocedasticidade e autocorrelação.

Destaca-se que a ausência de normalidade dos resíduos não implica, por si só, viés ou inconsistência dos estimadores de mínimos quadrados ordinários, desde que as demais condições necessárias à estimação sejam atendidas. Em amostras finitas, entretanto, a não

normalidade pode afetar a validade exata dos testes de significância. Por essa razão, os resultados de significância estatística são interpretados com cautela, especialmente nos casos em que a amostra temporal é reduzida. Ressalta-se, ainda, que os erros-padrão robustos empregados para heterocedasticidade e/ou autocorrelação não constituem uma correção específica para a não normalidade, mas destinam-se a tornar a inferência mais adequada diante das respectivas violações identificadas nos resíduos.

Em conjunto, as quatro medidas fornecem perspectivas complementares sobre a evolução dos indicadores. A variação percentual acumulada identifica a mudança observada entre os extremos da série; a CAGR transforma essa mudança em uma taxa anual composta; a regressão linear estima a tendência média anual em unidades do próprio indicador; e a regressão log-linear expressa a tendência em termos de uma taxa percentual anual e permite avaliar sua significância estatística.

Por fim, a denominada “velocidade de melhoria” não é interpretada exclusivamente a partir da magnitude de uma única medida. A avaliação considera conjuntamente a direção da tendência, sua magnitude, sua significância estatística e a consistência dos resultados entre os diferentes procedimentos. Para a comparação apresentada na Tabela 1, considera-se como resultado predominante aquele identificado em pelo menos duas das três medidas de velocidade – CAGR, regressão linear e regressão log-linear. Esse procedimento não elimina eventuais diferenças entre as métricas, mas permite identificar o padrão que se mostra mais recorrente entre as alternativas consideradas.

Assim, a velocidade de melhoria constitui uma medida descritiva da evolução temporal relativa dos indicadores, e não uma medida causal do efeito de determinada política pública ou mudança institucional. Um estado pode apresentar velocidade de melhoria superior à de outro mesmo que permaneça em posição inferior quanto ao nível do indicador ao final do período. Da mesma forma, uma tendência estatisticamente significativa indica evidência de que a trajetória estimada difere de zero, mas não estabelece, por si só, causalidade ou superioridade institucional. A interpretação institucional dos resultados é realizada posteriormente, em conjunto com os demais indicadores e com o referencial teórico adotado.

Essa abordagem permite, portanto, complementar a comparação das posições inicial e final dos estados com uma avaliação sistemática da trajetória percorrida ao longo do período, preservando a distinção entre descrição da evolução dos indicadores, inferência estatística sobre suas tendências e interpretação institucional dos resultados.

3 O ESPÍRITO SANTO A PARTIR DA VIRADA INSTITUCIONAL DE 2003: EVOLUÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL, QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DE ACEMOGLU

Nesta seção, pretende-se, a partir da metodologia oriunda da abordagem institucional de Acemoglu e coautores, lançar um novo olhar sobre uma literatura já existente na área de Ciência Política (SILVA, 2010) a respeito da inflexão institucional pela qual passou o estado do Espírito Santo a partir do ano de 2003. A subseção 3.1 abordará o período anterior, de 1991 a 2002, caracterizado pela deterioração institucional e pela conjuntura crítica (nos termos de Acemoglu e coautores), que foi decisiva para a mudança institucional experimentada. A subseção 3.2 tratará do período 2003-dias atuais, marcado pela recuperação das instituições estaduais após a

inflexão institucional deste ano. E a subseção 3.3 procederá à comparação das políticas públicas do Espírito Santo com outros dois estados neste segundo período (rumo ao extrativismo ou à inclusividade?), fechando a utilização da metodologia delineada na seção 2.

3.1 TRAJETÓRIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1991 E 2002

Um traço forte que caracterizou o processo de mudanças a partir da Constituição Federal de 1988, no Espírito Santo, foi o componente conservador expresso na trajetória política, que definiu os rumos das suas mudanças institucionais (Silva, 2010). Nesse estado, ao lado da fragilidade e fragmentação do sistema partidário, a predominância de um conjunto de atores políticos cujas bases representativas, em sua grande maioria, ancoravam-se muito mais nos padrões culturais herdados do passado rural, revelam a natureza dos constrangimentos que se interpuseram, impedindo que mudanças virtuosas se efetivassem nas relações político-institucionais.

Nesse contexto institucional e sociopolítico, é possível pensar no cenário de dificuldades e crises políticas vivenciadas no Espírito Santo, sobretudo na década de 1990. Dessa forma, a análise dos processos eleitorais e da posterior composição das bases de apoio aos sucessivos governos eleitos, entre 1991 e 2002, evidencia que o conservadorismo predatório passaria, gradativamente, a obter maior espaço nas interações entre Legislativo e Executivo.

O que se verifica é que, a partir do pleito de 1990, os governadores, além de não disporem de maioria no Legislativo, encontrariam uma representação política hiper fragmentada na Assembleia, resultando em dificuldades adicionais para exercerem o poder. Mais precisamente, as instituições do poder político estadual – Executivo, Legislativo e Judiciário – seriam capturadas, nos anos 1990, pelas frações mais arcaicas e conservadoras do poder político. Com isso, a agenda política estadual esteve dominada pelas práticas do favoritismo, do clientelismo, do personalismo político e da naturalização da corrupção, gerando crises recorrentes de governo nas gestões Albuíno Azeredo (1991-1994), Vitor Buaiz (1995-1998) e José Ignácio Ferreira (1999-2002).

Conforme Rocha (2015), especialmente nesse último governo, a Assembleia Legislativa tornou-se a grande força política do estado, no período que ficou conhecido como “Era Gratz”⁹. Diante de um governador combalido e envolvido em vários escândalos de corrupção, o então presidente da Assembleia passou a tomar as rédeas do poder no Espírito Santo, configurando uma espécie de parlamentarismo onde o governador encontrava-se acuado e submetido às vontades daquele, já que a proteção do legislativo era a única coisa que ainda o sustentava no poder: Gratz arquivou dois pedidos de impeachment contra o então governador José Ignácio. Portanto, foi no governo José Ignácio que ficou demarcado o período de corrupção mais escancarada no território capixaba, entrando em uma trajetória que, se não fosse logo estancada, poderia inviabilizar o Espírito Santo política e economicamente.

⁹ O ex-presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), José Carlos Gratz, teve uma trajetória política marcada por escândalos. No passado, Gratz esteve ligado a jogos de azar e foi eleito deputado estadual em 1991. Ele deixou a Assembleia em 2003, depois de renunciar à presidência e ser acusado de vários crimes. Chegou a ser preso mais de uma vez, em uma delas ficando cinco meses detido (Machado, 2017).

Exemplos do mundo empresarial também indicam o grau de deterioração das instituições locais neste período. De acordo com Melo *et al.* (2020), em 2001, por exemplo, foi promulgada a lei estadual nº 6.780, que proibia, por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto com fins de produção de celulose no Espírito Santo. O objetivo era afetar a produção da Aracruz Celulose (atualmente Suzano) em troca de propina. Outro exemplo emblemático aconteceu também em 2001, quando a Xerox do Brasil, uma das maiores empresas com sede no estado, anunciou que encerraria suas atividades no Espírito Santo após ter trazido à tona um dos maiores escândalos da época, envolvendo os poderes Executivo e Legislativo na cobrança de propina e na existência de “intermediação onerosa” para o resgate de créditos vinculados ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Isso tudo significa que, ao final do Governo José Ignácio, as situações política e criminal no Espírito Santo chegaram a um ponto crítico. De acordo com Melo *et al.* (2020), o estado era a “Medellín brasileira”, dado o comprometimento de suas instituições com a corrupção e o crime organizado. Tal cenário foi amplamente divulgado pela imprensa na época.

Portanto, empregando o modelo de Acemoglu e coautores, podemos concluir que o que aconteceu no Espírito Santo entre os anos de 1991 e 2002 foi o domínio de uma elite, com base de apoio do interior e que ocupou principalmente a Assembleia Legislativa, que atuava com práticas conservadoras e carregadas de personalismo político, provocando elevados custos de transação para o Poder Executivo e a sociedade capixaba de modo geral. Pode-se dizer, por isso, que foi um período em que instituições extrativistas acentuaram fortemente (e de forma crescente) sua atuação no estado capixaba, caracterizando a conjuntura crítica que proporcionaria em breve algum grau de reação de significativos setores da sociedade a esta situação.

3.2 VIRADA INSTITUCIONAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 2003 AOS DIAS ATUAIS

Pode-se identificar nitidamente, em tal conjuntura, um processo gradual que levou a sociedade capixaba, por meio de suas instituições, a uma inflexão. Igrejas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), associações empresariais, mídia, personalidades da cultura e de outros setores, assim como políticos de diversos partidos, passaram da fase de indignação e perplexidade para o patamar de reação concreta, com organização e mobilização social. O objetivo era arrancar o estado das mãos de políticos corruptos e/ou envolvidos com o crime organizado.

Esse processo teve início em 1999 com a criação do Fórum Reage Espírito Santo e teve seu ponto de virada com a eleição de 2002, que foi um marco desse movimento e determinante para o futuro do Espírito Santo. Importantes líderes empresariais, cansados da distorção das instituições públicas capixabas, também decidiram se unir, criando outro movimento: o Espírito Santo em Ação. E tudo isso contou com o apoio decisivo da Missão Especial Federal, criada pelo Ministério da Justiça, para investigar o crime organizado no Espírito Santo.

Além da Missão Especial, dois juízes da 5ª Vara de Execuções Penais de Vitória, Alexandre Martins de Castro Filho e Carlos Eduardo Lemos, tiveram atuação importante no enfrentamento dos problemas que assolavam o Espírito Santo. O suporte que deram à Missão Especial e ao combate ao crime organizado foi fundamental, dado que alguns membros do

Judiciário estadual também estavam envolvidos com o crime organizado, o que causou reação. Em 24 de março de 2003, o juiz Alexandre Martins foi assassinado. A morte do magistrado causou comoção em toda a sociedade.

De forma concreta, a meta desse movimento da sociedade civil capixaba na eleição de 2002 era eleger uma bancada o mais idônea possível na ALES e um governante confiável para assumir o Palácio Anchieta, sede do poder executivo estadual. E o resultado foi alcançado com a eleição dessa bancada de deputados estaduais e com a eleição de Paulo Hartung (então no Partido Socialista Brasileiro – PSB).

O grupo político alinhado a Hartung contou com ampla coalização de sustentação e apoio do governo federal – com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) –, compondo um conjunto de possibilidades para reverter o esgarçamento das instituições locais. A partir de 2003, o novo Governo do Estado conseguiu reestabelecer suas instituições, sua credibilidade e sua capacidade administrativa, e reequilibrou a relação política entre Executivo e Legislativo. E, uma vez equacionada a questão político-institucional mais aguda do estado, abria-se espaço para o endereçamento de outros pontos relevantes para a sociedade capixaba, confirmando a virada institucional vivenciada, nos termos de Acemoglu e coautores.

O passo seguinte seria organizar as finanças públicas estaduais. Considerado um paradigma de má administração fiscal entre os estados brasileiros no início dos anos 2000, o governo do Espírito Santo passou a ser tratado já no final da década como um dos mais equilibrados em termos fiscais (Garson, 2010). O ajuste fiscal promovido a partir 2003 teve como pauta inicial a negociação da dívida do Estado com a União via antecipação das receitas de *royalties*. Essa recuperação fiscal permitiu o pagamento de três folhas de pagamento atrasadas e a regularização do pagamento a prestadores de serviços, empreiteiros e fornecedores. Isso tudo foi determinante para garantir a expansão da ação governamental e, particularmente, a recomposição da capacidade de investimento.

A expansão seguinte foi viabilizada pelo substancial crescimento das receitas próprias, conjugado à política adotada, que impediu que os recursos adicionais se traduzissem inteiramente por expansão de despesas permanentes. Junto a isso, a reorganização da atuação governamental incluiu melhorias do ambiente de negócios no Estado, passando pela promoção do investimento e da competitividade das empresas locais pela via da transparência, da adequação da técnica tributária e da segurança jurídica; reestruturação dos dois agentes financeiros estaduais, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), entregues anteriormente, no mínimo, a práticas de gestão pouco recomendáveis; e, em termos de planejamento para o futuro, a construção entre governo e sociedade do “Espírito Santo 2025” (Espírito Santo, 2006), primeiro (de outros que viriam a seguir) plano estratégico de desenvolvimento do estado após a virada institucional.

Esse era o contexto das eleições de 2010 e que somava mais pontos positivos do que negativos,¹⁰ dada a situação herdada em 2003. Isso permitiu que Hartung elege-se seu

¹⁰ Apesar dos avanços apresentados na esfera econômica e política entre 2003 e 2010, Silva (2010) pontuou que na esfera social se observou no período deterioração da inclusão social e o aumento da criminalidade e da violência. Segundo a autora, o êxito político e econômico não foi acompanhado da ampliação de capital social, necessário à distribuição mais equitativa da renda gerada a partir da estabilidade político-institucional verificada nesses oito anos. Dada a grave situação política e fiscal encontrada, e dadas as melhorias nas

candidato, Renato Casagrande (PSB), com 82,3% dos votos válidos, segunda maior votação proporcional do país naquele pleito, além de eleger 23 dos 30 deputados estaduais, angariando apoio nominal inicial de 76,7% da bancada estadual, o maior desde 1982 (Rocha, 2015).

Nos primeiros dois anos do mandato de Casagrande (2011-2014), parte da equipe do governo de Hartung permaneceu, um claro sinal de continuidade das políticas públicas em curso desde 2003. Em 2012 o Espírito Santo ganhou destaque nacional ao receber a maior nota (A) do indicador de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹¹, uma forte evidência do equilíbrio das contas públicas e qualidade da gestão fiscal e financeira do estado. Aliás, desde 2012 o Espírito Santo é o único estado a manter a nota máxima no equilíbrio das contas públicas, condição essencial para ampliar o investimento em políticas públicas e dinamizar o desenvolvimento econômico.¹² A título de comparação com outros dois estados que serão estudados na subseção seguinte do artigo, o Rio de Janeiro possui nota C, pois desde 2014 vem passando por uma aguda crise fiscal; e, Santa Catarina, que vem melhorando sua situação fiscal nos últimos anos, possui nota A+ pela primeira vez no índice de CAPAG de 2024, referente ao ano de 2023, da STN (igualando o Espírito Santo, que também passou a ser A+). Esses dados mostram o quanto o Espírito Santo avançou em termos de recuperação das suas instituições públicas desde 2003, sobretudo de suas finanças e, por conseguinte, de sua capacidade de desenho e execução de melhores políticas públicas.¹³

Contudo, houve um rompimento político entre Paulo Hartung e Renato Casagrande ainda na primeira gestão deste último à frente do poder executivo estadual. Um dos motivos teria sido um flerte da gestão Casagrande (2011/2014) com o desequilíbrio fiscal. Nas eleições de 2014 para o poder executivo do Espírito Santo a questão fiscal foi ponto relevante no debate. Renato Casagrande (PSB) e Paulo Hartung (PMDB) foram os principais candidatos nessa disputa, que teve o segundo como vencedor ainda no primeiro turno com 53,4% dos votos válidos.

Já à frente do governo estadual, o primeiro dever de casa foi reequilibrar as contas públicas. Mas, sem perder a continuidade com o governo anterior, foram implementadas novas políticas públicas visando revelar um perfil desta vez mais preocupado com o social, na terceira gestão Hartung (2015/2018), como no caso da implementação da Escola Viva, uma rede de escolas de nível médio de ensino integral.

Ao terminar seu mandato, e optando por não concorrer à reeleição, Paulo Hartung abriu caminho para Renato Casagrande (PSB) concorrer ao seu segundo mandato, e seu principal adversário no pleito de 2018 foi Carlos Manato (PSL), identificado como principal

políticas públicas que seriam atingidas posteriormente, como se verá na subseção seguinte deste artigo, uma questão interessante para futuras pesquisas refere-se ao grau do ajuste fiscal adotado inicialmente, se poderia ser mais flexível, permitindo desde logo maiores investimentos nas referidas políticas.

¹¹ A metodologia do cálculo do indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG) da STN considera três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.

¹² Vide Barros (2025).

¹³ Em paralelo, o Espírito Santo tem se destacado também nos últimos anos em diversos *rankings* de transparência na execução de políticas públicas. Em um deles, o Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), elaborado pela organização não-governamental Transparência Internacional (2023), o mais recente disponível, o executivo estadual aparece em primeiro lugar em 2022 com 90,4 pontos, em uma escala de 0 a 100. Nesse mesmo *ranking*, o poder executivo de Santa Catarina aparece em sétimo lugar, com 74,4 pontos, e o poder executivo do Rio de Janeiro aparece em décimo sexto lugar, com 61,9 pontos.

representante de uma onda conservadora de nível nacional, mas no cenário político estadual. Casagrande foi eleito no primeiro turno com 55,5% dos votos válidos.

Seguindo a trajetória de manter e ao mesmo tempo ampliar as políticas do antecessor, o cuidado com as contas públicas, que foi criticado na primeira gestão (2011/2014) de Casagrande, passou a ser ponto fundamental nessa segunda gestão (2019/2022). Como reconhecido pelo próprio governador, “a orientação dada à equipe, e que direciona todo o processo de planejamento estratégico, é pisar no acelerador dos investimentos, sem abrir mão do equilíbrio fiscal e da cautela necessária ao momento que vivemos” (Casagrande, 2019, p. 13). Com esta orientação de políticas, Casagrande foi reeleito em 2022, o que significa que, ao final de 2026, o Espírito Santo terá, em um período de vinte e quatro anos, sido governado por apenas duas pessoas, com três mandatos governamentais para cada um (com exceções apenas relacionadas a quando estes políticos tiveram que se desincompatibilizar para concorrer em novas eleições).

Podemos concluir então que o período iniciado em 2003 pode ser interpretado, no esquema de hierarquia institucional de Acemoglu e coautores, como uma inflexão positiva no quadro político-institucional do Espírito Santo, dado o período de forte atuação de instituições extrativas de 1991-2002 (e que gerou a conjuntura crítica necessária para tal processo de inflexão). Essa mudança significou agremiações políticas distintas dominando e se alternando no comando do poder local, mas sem perda da continuidade de importantes políticas públicas. Tudo isso tendo como requisito, além da reorganização política e administrativa do estado, uma gestão fiscal reconhecida como eficiente (inclusive na transparência da utilização dos recursos públicos), sempre ocupando as primeiras colocações em nível nacional nestas questões, como evidenciado anteriormente. Fica faltando, então, mostrar como o progresso nas instituições inclusivas ocorrido após a virada institucional de 2003 pode ser aferido a partir do desempenho nos indicadores de outras importantes políticas públicas.

3.3 COMPARATIVO DE INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA PARA O PERÍODO PÓS-2003

Nesta seção se procederá a uma comparação entre dados de políticas públicas de três unidades da federação, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, tendo a primeira como objeto principal de análise. A comparação do Espírito Santo com esses dois estados se justifica partindo da premissa de que os capixabas vêm inegavelmente evoluindo em termos institucionais no período 2003-atual, como constatado na seção anterior, inclusive para políticas “meio”, como a fiscal; mas tal constatação só pode se confirmar a partir de uma análise comparativa com indicadores de políticas públicas (“finalísticas”) de outros estados, inclusive da “velocidade de melhoria” nos referidos indicadores.

O objetivo, então, é ilustrar a evolução de indicadores que podem refletir a melhoria das instituições no Espírito Santo quando comparada com Santa Catarina, um bom exemplo de evolução em políticas públicas relacionadas com instituições inclusivas (para os parâmetros da economia brasileira como um todo); bem como comparar a trajetória do Espírito Santo com a evolução recente do desempenho das políticas públicas do Rio de Janeiro, um estado considerado entre os mais desenvolvidos do Brasil (o que é atestado por vários indicadores destas mesmas políticas públicas), mas que tem passado por problemas institucionais parecidos

com os que os capixabas viviam antes de 2003, o que pode inclusive comprometer esse status no futuro, caso esta deterioração institucional não seja revertida nos próximos anos.

Passando a uma justificativa mais apurada e institucional a respeito da escolha dos dois estados para a comparação com o Espírito Santo, pode-se afirmar que Santa Catarina tem apresentado nas últimas décadas estabilidade política e institucional e tem se revelado um exemplo de qualidade na execução de várias políticas públicas (e de desenvolvimento econômico) para os demais estados brasileiros¹⁴, diferentemente do Espírito Santo, que viveu uma crise institucional entre 1991 e 2002, e do Rio de Janeiro, que vive crise institucional atualmente. Por isso foi escolhido para o exercício comparativo com o estado capixaba.

Quanto ao Rio de Janeiro, especificamente a partir de 2003, o período utilizado para a comparação com o Espírito Santo, ele tem passado por um processo claro de deterioração institucional, com casos frequentes de corrupção e gestões que não têm conseguido desenhar e executar políticas públicas que deem conta dos seus desafios, o que não tem favorecido o desenvolvimento do estado fluminense¹⁵. Tal deterioração pode ser comprovada por vários fatores, entre eles o fato de que nos últimos anos o Rio de Janeiro teve cinco ex-governadores presos – Moreira Franco, Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, Sergio Cabral e Luiz Fernando Pezão –, além do impeachment do governador eleito em 2018, Wilson Witzel. Nota-se, também, o descontrole das contas públicas, sendo frequente, por exemplo, o atraso do pagamento dos salários dos funcionários públicos do Estado, o que já é um indício de possíveis problemas futuros no desempenho das políticas públicas inclusivas, mesmo que atualmente elas ainda se destaquem no contexto brasileiro como um todo¹⁶.

Podemos então realizar a análise comparativa entre os três estados em uma amostra de quatro importantes políticas públicas “finalísticas” ou de indicadores a ela relacionados (saúde, educação, segurança pública e redução da desigualdade), ressaltando que tal análise está sujeita à disponibilidade de dados (que não necessariamente estão disponíveis para o período de 2003 aos dias atuais):

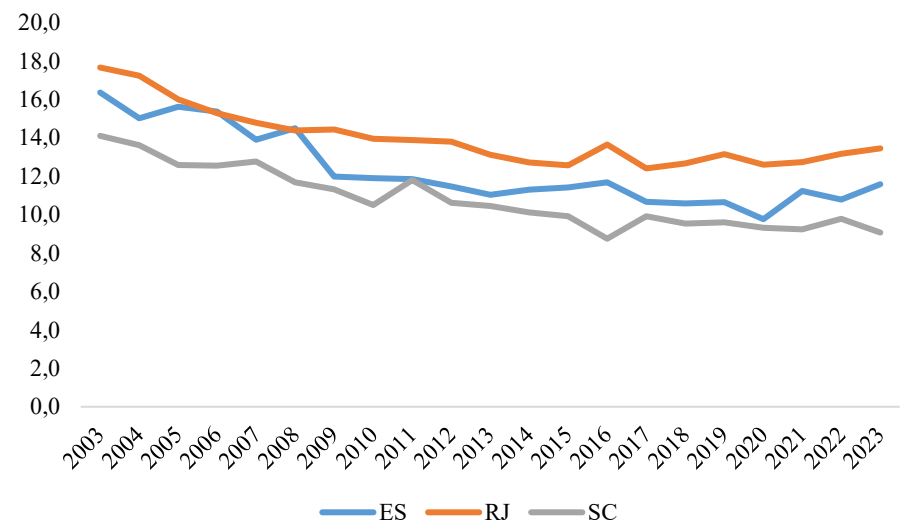
A primeira área a ser analisada e comparada entre os três estados é a saúde. O Gráfico 1 apresenta dados de mortalidade infantil do Espírito Santo, de Santa Catarina e Rio de Janeiro, de 2003 a 2023, último dado disponível. Em 2003, o Espírito Santo (16,4) tinha mortalidade infantil inferior à do Rio de Janeiro (17,7), mas acima de Santa Catarina (14,1). Ao longo do período 2003-2023, a taxa de mortalidade infantil do Espírito Santo foi se reduzindo, sendo que em 2023 chegou a 11,6 óbitos por mil nascidos vivos, número próximo ao de Santa Catarina (9,1) e inferior ao do Rio de Janeiro (13,5). Isso tudo resultou em uma redução neste indicador, no período, de 21,5% para o Rio de Janeiro, 29,2% para o Espírito Santo e 35,4% para Santa Catarina.

¹⁴ O que não impede o estado de ter problemas como o elevado número de prefeitos afastados e presos por corrupção, e problemas do tipo inclusive em nível de Governo estadual, como é comum em outras Unidades da Federação (G1, 2026). Mas isso não tem, pelo menos por enquanto, impedido a contínua melhoria nos indicadores de políticas públicas de Santa Catarina, como as que serão avaliadas a seguir nesta subseção (ver também FIRJAN, 2025; BRESSIANI, 2026).

¹⁵ Segundo Trece (2022), o estado do Rio de Janeiro é o que menos cresceu dentre as unidades da federação desde 1985, o que é explicado em parte pela mudança da capital federal para Brasília, mas também pelo seu complicado cenário político.

¹⁶ Vide Carmo (2024).

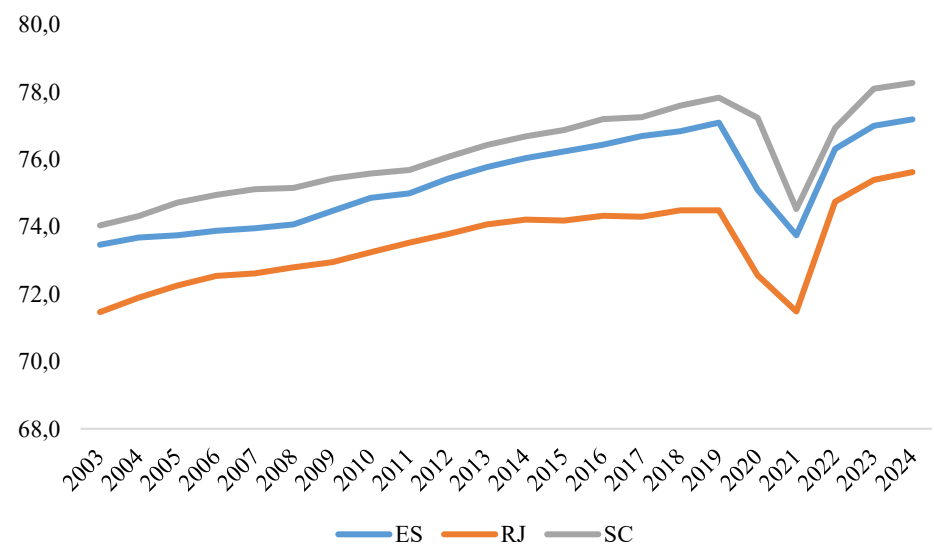
Gráfico 1 – Taxa de Mortalidade Infantil do Espírito Santo, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, por mil nascidos vivos, 2003/2023



Fonte: Ministério da Saúde (2025). Dados organizados pelos autores.

Além disso, em duas décadas, a esperança de vida ao nascer projetada pelo IBGE para o Espírito Santo, passou de 73,5, em 2003, para 77,2, em 2024, um aumento de 5,0% nesse período (Gráfico 2). Essa foi a sétima mais elevada esperança de vida ao nascer entre os estados brasileiros. Nesse mesmo período, 2003/2024, a esperança de vida ao nascer aumentou 5,8% em Santa Catarina e 5,7% no Rio de Janeiro. O Gráfico 2 mostra que, nesse indicador, o Espírito Santo tem se mantido abaixo de Santa Catarina e acima do Rio de Janeiro¹⁷.

Gráfico 2 – Esperança de vida ao nascer (anos) do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, 2003/2024



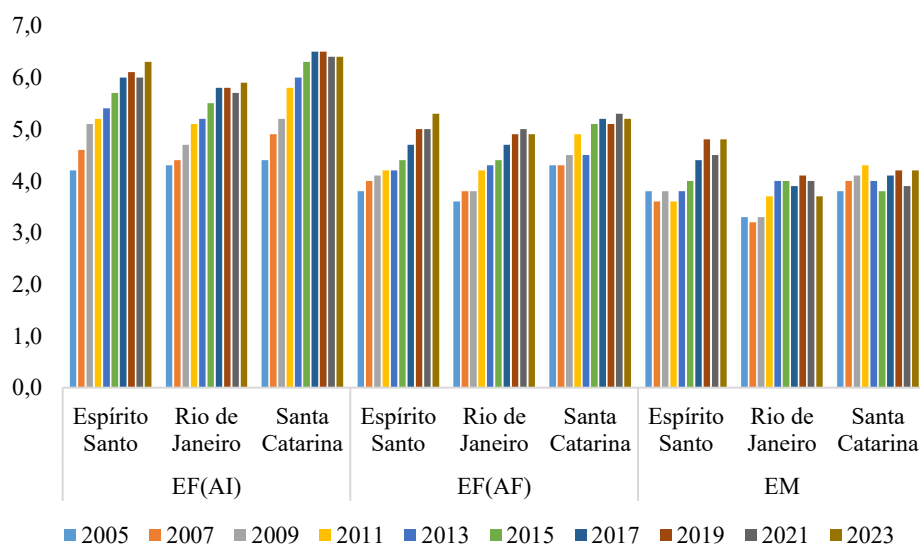
Fonte: IBGE (2024). Dados organizados pelos autores.

¹⁷ Para pessoas com mais de 60 anos, o Espírito Santo é o estado com maior expectativa de vida do país. Vide Verli (2024).

A educação é um segundo tema importante para se avaliar o desempenho socioeconômico de uma região. Para medir o desempenho educacional no Brasil, tem-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado pela primeira vez em 2007 (com dados de 2005) e com dados bienais. Desde 2005 (primeiro dado disponível do IDEB), o Espírito Santo apresenta melhora no Ideb nas três etapas de avaliação.

O Gráfico 3 mostra também a evolução do Ideb do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, entre 2005 e 2023. No caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a nota do Ideb entre 2005 e 2023 aumentou 50,0% no Espírito Santo, 37,2% no Rio de Janeiro e 45,5% em Santa Catarina, com as respectivas notas: 6,3, 5,9 e 6,4. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a nota do Ideb entre 2005 e 2023 cresceu 39,5% no Espírito Santo, 36,1% no Rio de Janeiro e 20,9% em Santa Catarina, com as respectivas notas: 5,3, 4,9 e 5,2. No Ensino Médio, a nota do Ideb entre 2005 e 2023 cresceu 26,3% no Espírito Santo, 12,1% no Rio de Janeiro e 10,5% em Santa Catarina, com as respectivas notas: 4,8, 3,7 e 4,2. Em síntese, o Espírito Santo melhorou nas notas do Ideb em todas as modalidades de ensino, chegando a liderar, na comparação com os outros dois estados em 2023, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Além disso, a velocidade de melhoria foi a maior para todas as modalidades. Tudo isso o torna inclusive destaque nacional nestas atividades¹⁸.

Gráfico 3 – Ideb do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina para todas as redes, 2005/2023



Fonte: INEP (2025). Dados organizados pelos autores.

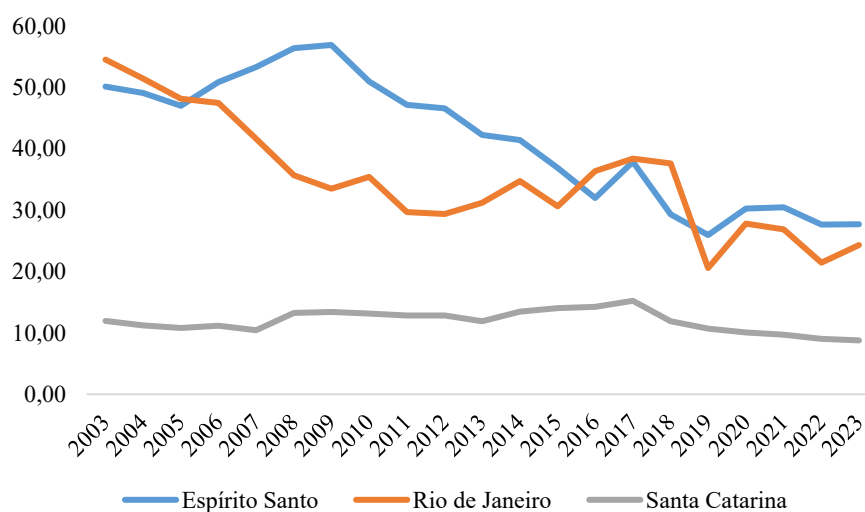
Nota: EF (AI): ensino fundamental, anos iniciais; EF (AF): ensino fundamental, anos finais; EM: ensino médio.

A segurança pública é o terceiro tema a ser comparado entre Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. É outro ponto em que o Espírito Santo avançou bastante nas últimas duas décadas. Em 2009, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Espírito Santo atingiu seu ápice, com o valor de 56,9. Neste contexto, a partir de 2010 iniciou-se um grande esforço para criar uma política capixaba de saneamento do sistema prisional, com apoio do Governo Federal, equacionando um dos grandes gargalos no caminho das políticas efetivas de segurança pública.

¹⁸ Vide: Barcelos (2024); INEP (2026).

O Gráfico 4 apresenta a evolução da taxa de homicídio por cem mil habitantes do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina entre 2003 e 2023, último dado disponível. Neste período, o índice teve redução de 45% no Espírito Santo, diminuição de 55% no Rio de Janeiro e queda de 26,5% em Santa Catarina. O estado capixaba diminuiu substancialmente sua taxa de homicídio, mas, ainda assim, possuía índice mais elevado (27,7) do que o estado fluminense (24,3) e o catarinense (8,8), em 2023. Embora terminando o período analisado com os maiores indicadores de homicídio, é clara a elevada velocidade de melhoria desta área para o Espírito Santo (a segunda maior) nas últimas décadas.

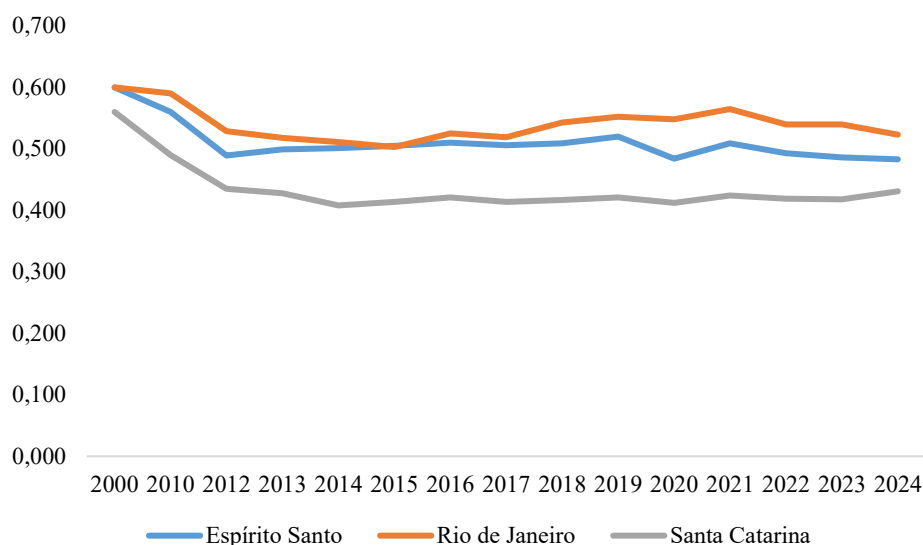
Gráfico 4 – Taxa de homicídios por cem mil habitantes no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, 2003-2023



Fonte: IPEADATA (2025b). Dados organizados pelos autores.

O quarto e último elemento nesse exercício de desenvolvimento econômico comparado se refere a um indicador que mensura a desigualdade (reflexo da atuação de outras políticas públicas, como na área de educação). O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, a preços médios do ano. Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta. Nessa linha, o Gráfico 5 traz os dados do índice de Gini do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina entre 2000 e 2024. No período, a desigualdade de renda caiu 20% no caso capixaba, 13% no caso fluminense e 23% no caso catarinense. Em 2024, o Espírito Santo possuía um índice de Gini de 0,483, Rio de Janeiro, 0,523, e Santa Catarina, 0,431.

Gráfico 5 – Índice de Gini para renda do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, 2000/2024



Fonte: IPEADATA (2025a). Dados organizados pelos autores.

Nota: Dados de 2000 e 2010 do Censo Demográfico, e dados a partir de 2012 da Pnad, ambos do IBGE.

Após a exposição dos dados, a análise comparativa do Espírito Santo com os estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina permite examinar a evolução das políticas públicas capixabas após a inflexão institucional de 2003. Conforme mostrado na seção anterior, no caso das políticas públicas “meio”, como aquelas relacionadas à transparência, o Espírito Santo apresenta desempenho superior ao observado nos dois estados de comparação, ocupando, inclusive, a primeira posição no Brasil. Em outro indicador dessa natureza, relacionado às finanças públicas, o estado capixaba apresenta classificação “A” desde 2012, refletindo um padrão de gestão fiscal favorável tanto em relação a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro quanto no contexto nacional.

A análise das políticas públicas “finalísticas” pode ser sintetizada no Quadro 1, que compara as três unidades da federação nos diferentes indicadores selecionados. As duas primeiras colunas classificam os estados segundo suas posições no início e no final do período analisado. A terceira apresenta a velocidade de melhoria, calculada a partir da variação percentual do indicador entre esses dois momentos, considerando a natureza de cada variável. Para indicadores em que valores menores representam melhores resultados, como mortalidade infantil, taxa de homicídios e Índice de Gini, uma variação negativa representa melhoria. Para aqueles em que valores maiores correspondem a melhores resultados, como esperança de vida e IDEB, uma variação positiva indica evolução favorável. Na coluna “Interpretação”, a velocidade de melhoria é tratada como uma medida descritiva da evolução dos indicadores ao longo do período e, à luz da perspectiva institucionalista adotada, os resultados podem ser interpretados como compatíveis com um processo mais amplo de aprimoramento das políticas públicas e de fortalecimento da capacidade institucional.

No Quadro 1, observa-se que, nos sete quesitos analisados, o Espírito Santo apresentou velocidade de melhoria inferior à do Rio de Janeiro em apenas dois casos: esperança de vida e taxa de homicídios. Nos outros cinco, a evolução relativa foi superior à do estado fluminense. Além disso, em seis dos sete quesitos, o Espírito Santo terminou o período em posição superior à do Rio de Janeiro. Em conjunto, esses resultados caracterizam uma evolução relativa

favorável do estado capixaba. Sob a perspectiva institucionalista adotada, esse padrão é compatível com um processo de fortalecimento da capacidade institucional e pode ser relacionado à construção e à consolidação de instituições mais inclusivas. No caso do Rio de Janeiro, as maiores dificuldades de avanço observadas em alguns dos quesitos analisados podem ser discutidas à luz dos problemas institucionais apresentados anteriormente, mas essa associação deve ser entendida como interpretativa, e não como evidência de uma relação causal direta entre características institucionais e desempenho dos indicadores.

A comparação com Santa Catarina apresenta um padrão distinto. Ao final do período, Santa Catarina ocupava a primeira posição em cinco dos sete quesitos, enquanto o Espírito Santo liderava nos dois indicadores de IDEB considerados no Quadro 1. Em quatro dos sete indicadores, a velocidade de melhoria do Espírito Santo foi superior à de Santa Catarina. Embora o estado capixaba ainda apresente desempenho inferior ao catarinense em parte relevante dos indicadores, sua evolução relativa contribuiu para reduzir essa distância em determinados quesitos. Esse processo é particularmente visível nos indicadores educacionais, nos quais o Espírito Santo alcançou a liderança, e na esperança de vida acima de 60 anos, cuja evolução também foi superior à observada em Santa Catarina. Nesse sentido, este estado constitui uma referência comparativa de desempenho favorável no contexto brasileiro, enquanto a evolução do Espírito Santo sugere um processo de aproximação em diferentes dimensões das políticas públicas analisadas.

Quadro 1 – Síntese dos indicadores selecionados de políticas públicas do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina

Itens	Posição inicial	Posição final	Velocidade de melhoria	Interpretação
Mortalidade infantil	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	ES permanece acima do RJ e abaixo de SC. A velocidade de melhoria do ES foi superior à do RJ, sugerindo evolução relativa mais favorável no período.
Esperança de vida	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: RJ 3º: ES	ES permanece acima do RJ e abaixo de SC. Entretanto, a velocidade de melhoria do RJ foi superior à do ES nesse indicador.
Educação: IDEB(EF-AI)	1º: SC 2º: RJ 3º: ES	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: ES 2º: SC 3º: RJ	SC permaneceu em primeiro lugar, enquanto o ES ultrapassou o RJ no período. A maior velocidade de melhoria do ES é compatível com essa mudança de posição.
Educação: IDEB(EF-AF)	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: ES 2º: SC 3º: RJ	1º: ES 2º: RJ 3º: SC	O ES alcançou a primeira colocação ao final do período, apresentando também a maior velocidade de melhoria entre os três estados.
Educação: IDEB(EM)	1º: SC e ES 3º: RJ	1º: ES 2º: SC 3º: RJ	1º: ES 2º: RJ 3º: SC	O ES alcançou a liderança ao final do período e apresentou também a maior velocidade de melhoria entre os três estados.
Taxa de homicídios	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: RJ 3º: ES	1º: RJ 2º: ES 3º: SC	O ES apresentou a segunda maior velocidade de redução do indicador, mas terminou o período na terceira posição. A evolução observada contribuiu para reduzir a distância em relação ao RJ.
Índice de Gini	1º: SC 2º: ES e RJ	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	1º: SC 2º: ES 3º: RJ	A velocidade de melhoria do ES foi superior à do RJ, enquanto SC permaneceu na primeira posição. A evolução relativa do ES é compatível com uma redução da distância em relação a SC.

Fonte: IPEADATA (2025a); IPEADATA (2025b); IBGE (2025); Inep (2026), Ministério da Saúde (2025). Dados organizados pelos autores.

No que se refere especificamente à velocidade de melhoria, é possível avançar além da comparação entre os valores inicial e final mediante a utilização de diferentes métricas capazes de incorporar informações sobre a trajetória temporal dos indicadores. Conforme descrito na subseção metodológica, foram consideradas três medidas: a taxa de crescimento anual composta (CAGR), a regressão linear e a regressão log-linear. Os resultados são apresentados na Tabela 1 e confrontados com aqueles obtidos no Quadro 1.

A utilização de diferentes métricas produz, em alguns casos, ordenações distintas entre os estados, uma vez que cada procedimento capta aspectos específicos da evolução temporal dos indicadores. Essas diferenças são particularmente perceptíveis na esperança de vida e na taxa de homicídios. No entanto, quando se considera o resultado predominante entre as três medidas, isto é, aquele observado em pelo menos duas delas, não se identifica um padrão sistemático de perda da posição relativa do Espírito Santo. Ao contrário, há melhora de sua colocação relativa em mortalidade infantil, esperança de vida e taxa de homicídios, enquanto a liderança nos indicadores educacionais permanece, de modo geral, preservada.

A CAGR constitui uma medida baseada nos valores inicial e final da série e, por essa razão, não fornece erro padrão ou teste de significância associado. As regressões linear e log-linear, por sua vez, permitem estimar a tendência ao longo do período e avaliar a significância estatística dos respectivos coeficientes. Na maior parte dos indicadores analisados – mortalidade infantil, esperança de vida e IDEB nas três etapas consideradas (EF-AI, EF-AF e EM) –, os coeficientes estimados para os três estados foram estatisticamente significativos, predominantemente a 1%, com exceção da esperança de vida do Rio de Janeiro, significativa a 5%. Os resultados indicam, portanto, que, nessas especificações, as tendências estimadas diferem estatisticamente de zero, conferindo maior sustentação estatística à existência de tendências nos indicadores analisados. Essa evidência, contudo, não deve ser confundida com um teste direto da superioridade da velocidade de melhoria de um estado em relação aos demais.

Tabela 1 – Velocidade de melhoria (VM) em políticas públicas do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina: comparação a partir de CAGR, regressão linear e regressão log-linear

(Continua...)

(Continua...)

UF	CAGR	Regressão linear	Regressão log-linear	Interpretação
Mortalidade Infantil				
ES	-1,63	-0,27 (0,05) ***	-2,10 (0,41) ***	Nos dois últimos métodos, a ordem dos estados quanto à VM não coincide com a obtida no Quadro 1. Mas é exatamente neles que o ES ou passa SC ou a iguala, em VM, melhorando sua posição relativa em relação à do Quadro 1.
RJ	-1,29	-0,20 (0,05) ***	-1,38 (0,34) ***	
SC	-2,08	-0,23 (0,03) ***	-2,10 (0,24) ***	
Esperança de vida				
ES	0,22	0,15 (0,04) ***	0,20 (0,05) ***	Em nenhum dos três métodos os resultados coincidem com os do Quadro 1. O resultado que predomina é o das duas regressões, significando que o ES ultrapassa o RJ neste quesito, em relação ao Quadro 1.
RJ	0,26	0,12 (0,04) **	0,16 (0,06) **	
SC	0,25	0,16 (0,03) ***	0,21 (0,04) ***	
IDEB - EF(AI)				
ES	4,14	0,22 (0,02) ***	4,17 (0,45) ***	No primeiro e terceiro métodos, VM do ES é a maior, mantendo os resultados obtidos no Quadro 1.
RJ	3,21	0,19 (0,02) ***	3,73 (0,41) ***	
SC	3,82	0,23 (0,04) ***	4,09 (0,70) ***	

(Conclusão)

Conclusões

IDEB - EF(AF)				
ES	3,38	0,16 (0,01) ***	3,60 (0,24) ***	Nos dois primeiros métodos, é mantida a liderança em VM do ES. Como no Quadro 1.
RJ	3,13	0,16 (0,01) ***	3,83 (0,30) ***	
SC	1,92	0,12 (0,02) ***	2,49 (0,42) ***	
IDEB - EM				
ES	2,36	0,16 (0,01) ***	3,60 (0,24) ***	Os três métodos de cálculo mantêm o ES na liderança em VM, como ocorrido no Quadro 1.
RJ	1,15	0,16 (0,01) ***	3,83 (0,30) ***	
SC	1,01	0,12 (0,02) ***	2,49 (0,42) ***	
Taxas de homicídios				
ES	-2,78	-1,50 (0,24) ***	-3,82 (0,58) ***	Nos dois últimos métodos, a posição dos estados se altera. E é exatamente neles que o ES ultrapassa o RJ, tendo então a maior VM entre os estados, se comparada à obtida no Quadro 1.
RJ	-3,77	-1,26 (0,21) ***	-3,57 (0,56) ***	
SC	-1,46	-0,08 (0,09) ^{ns}	-0,78 (0,82) ^{ns}	
Índice de Gini				
ES	-1,44	-0,004 (0,002) **	-0,80 (0,36) **	Os três métodos de cálculo mantêm o ES somente atrás de SC, mesmo resultado da VM do Quadro 1.
RJ	-0,91	-0,001 (0,002) ^{ns}	-0,20 (0,19) ^{ns}	
SC	-1,73	-0,005 (0,003) **	-1,10 (0,42) **	

Fonte: IPEADATA (2025a); IPEADATA (2025b); IBGE (2025); Inep (2026), Ministério da Saúde (2025). Dados organizados pelos autores.

Note: 1) *** Significativo à 1%; ** Significativo à 5%; ^{ns} Não significativo à 10%. 2) Quando necessário, foram utilizados erros padrão robustos à heteroscedasticidade (correção de White), à autocorrelação (correção de Newey-West) ou à autocorrelação com heteroscedasticidade (correção de Newey-West).

Para qualificar a inferência, foram realizados testes de diagnóstico dos resíduos. Quando identificadas heteroscedasticidade e/ou autocorrelação, os erros padrão foram recalculados de forma robusta, mediante a correção de White para heteroscedasticidade, de Newey-West para autocorrelação ou de Newey-West para autocorrelação e heteroscedasticidade conjuntamente, conforme o diagnóstico de cada modelo. Em poucos casos, os resíduos também não apresentaram distribuição normal. Essa condição não implica, por si só, viés ou inconsistência dos estimadores de mínimos quadrados, desde que as demais condições necessárias do modelo sejam atendidas. Em amostras finitas, contudo, a ausência de normalidade pode afetar a validade exata dos testes de significância, o que recomenda cautela na interpretação da inferência. Assim, essa condição é tratada como uma ressalva à inferência em pequenas amostras, e não como razão suficiente para invalidar as estimativas de tendência. Os erros padrão robustos empregados nos casos de heteroscedasticidade e/ou autocorrelação destinam-se, especificamente, a tornar a inferência mais adequada diante desses problemas nos resíduos.

A leitura da Tabela 1 permite detalhar as alterações de ordenação produzidas pelas diferentes métricas. Na mortalidade infantil, a CAGR mantém Santa Catarina na primeira posição, seguida por Espírito Santo e Rio de Janeiro. As duas regressões, entretanto, colocam o ES à frente de SC na regressão linear e em empate com SC na regressão log-linear. Desse modo, as medidas baseadas em regressão produzem uma colocação relativamente mais favorável para o Espírito Santo do que aquela obtida no Quadro 1.

Na esperança de vida, a CAGR apresenta o Rio de Janeiro com a maior velocidade de melhoria, seguido por Santa Catarina e Espírito Santo. As duas regressões, entretanto, produzem outra ordenação, com SC em primeiro, ES em segundo e RJ em terceiro. Como essa

configuração ocorre em duas das três métricas, prevalece o resultado segundo o qual o Espírito Santo apresenta evolução relativa superior à do Rio de Janeiro nesse indicador.

Nos indicadores educacionais, os resultados são mais estáveis. No IDEB do ensino fundamental – anos iniciais (EF-AI), a CAGR e a regressão log-linear colocam o ES na primeira posição, enquanto a regressão linear apresenta Santa Catarina ligeiramente à frente. A predominância de duas das três métricas é, portanto, compatível com a liderança capixaba identificada no Quadro 1. No IDEB do ensino fundamental – anos finais (EF-AF), a CAGR e a regressão linear mantêm o ES em primeiro lugar, embora a regressão log-linear apresente o Rio de Janeiro à frente. No IDEB do ensino médio (EM), as três métricas mantêm o Espírito Santo na liderança, reforçando de forma mais consistente o resultado anterior.

Em relação à taxa de homicídios, a CAGR coloca o Rio de Janeiro na primeira posição, seguido pelo Espírito Santo e por Santa Catarina. As duas regressões alteram essa ordenação, colocando o ES em primeiro, RJ em segundo e SC em terceiro. Assim, pelo critério predominante, o Espírito Santo apresenta velocidade de redução da taxa de homicídios superior à dos outros dois estados. O resultado é relevante porque, embora o ES tenha terminado o período na terceira posição quanto ao nível do indicador, sua redução ao longo do período foi relativamente acentuada, contribuindo para sua aproximação em relação ao Rio de Janeiro.

Para o Índice de Gini, as três métricas produzem a mesma ordenação: Santa Catarina apresenta a maior velocidade de melhoria, seguida pelo Espírito Santo e pelo Rio de Janeiro. Nesse caso, as medidas alternativas confirmam o resultado do Quadro 1, indicando uma evolução relativa do ES mais favorável que a do RJ, embora ainda inferior à observada em SC.

Duas ressalvas estatísticas merecem destaque. Na taxa de homicídios, os coeficientes estimados para Santa Catarina não foram estatisticamente significativos em nenhum dos dois métodos de regressão. Embora a CAGR indique redução do indicador e os coeficientes das regressões sejam negativos, não há evidência estatística suficiente, nas especificações estimadas, para afirmar que essa tendência seja diferente de zero. A situação contrasta com ES e RJ, cujos coeficientes negativos e significativos a 1% fornecem evidência estatística de tendência de redução da taxa de homicídios.

No Índice de Gini, o Rio de Janeiro apresenta situação semelhante. Os coeficientes são negativos, mas não estatisticamente significativos em nenhuma das duas regressões. Assim, a redução observada no indicador não pode ser caracterizada, com base nessas especificações, como uma tendência estatisticamente diferente de zero. Para ES e SC, por outro lado, os coeficientes são negativos e significativos a 5%, fornecendo evidência estatística de redução do índice ao longo do período.

Os erros padrão apresentados na Tabela 1 permitem avaliar a precisão das estimativas dos coeficientes de tendência. Nos indicadores de IDEB, os erros padrão são, em geral, pequenos em relação aos coeficientes estimados, indicando maior precisão das estimativas das tendências. No Índice de Gini, os coeficientes apresentam magnitude reduzida e os erros padrão são proporcionalmente maiores. Embora os coeficientes para ES e SC permaneçam estatisticamente significativos, recomenda-se cautela na interpretação de sua magnitude. Ressalta-se, contudo, que a significância individual dos coeficientes de tendência não constitui, por si só, um teste estatístico de diferença entre as velocidades dos estados.

Em conjunto, os resultados da Tabela 1 qualificam e, em grande medida, reforçam aqueles obtidos no Quadro 1. As diferentes métricas não produzem alterações sistemáticas desfavoráveis ao Espírito Santo. Quando se considera o resultado predominante entre as três medidas, observa-se melhora relativa do ES em mortalidade infantil, esperança de vida e taxa de homicídios, ao passo que sua liderança nos indicadores de IDEB permanece, de modo geral, preservada. As principais ressalvas concentram-se na ausência de significância estatística da tendência da taxa de homicídios em Santa Catarina e do Índice de Gini no Rio de Janeiro. Essas limitações recomendam cautela na interpretação desses casos específicos, mas não alteram o padrão descritivo geral identificado para o Espírito Santo.

A partir desses resultados e do referencial histórico delineado anteriormente, a comparação com Rio de Janeiro e Santa Catarina oferece elementos empíricos compatíveis com a interpretação de que o Espírito Santo apresentou evolução institucional favorável após a inflexão de 2003. O estado passou de um contexto marcado pelos problemas institucionais discutidos ao longo do estudo, associados à conjuntura crítica que precedeu a mudança, para uma posição de destaque em diversas políticas públicas. Esse processo se manifesta tanto em indicadores de políticas “meio”, como transparência e gestão fiscal, quanto em dimensões “finalísticas”, incluindo educação, saúde, segurança e desigualdade. Os resultados, contudo, devem ser entendidos como evidências descritivas e comparativas, e não como demonstração de um efeito causal da mudança institucional sobre os indicadores.

A evolução observada não se restringe aos níveis alcançados ao final do período. As diferentes medidas de velocidade de melhoria também apontam, em grande parte dos indicadores, para uma evolução relativa favorável do Espírito Santo, particularmente quando comparado ao Rio de Janeiro e, em diferentes dimensões, a Santa Catarina. A utilização conjunta da CAGR, das regressões linear e log-linear e dos procedimentos de inferência permite verificar se os resultados observados dependem exclusivamente da comparação entre os pontos inicial e final das séries. Embora algumas ordenações sejam alteradas conforme a métrica utilizada, não se observa um padrão sistemático de deterioração da posição relativa do Espírito Santo.

A comparação com o Rio de Janeiro é especialmente informativa por colocar lado a lado dois estados que, apesar de diferenças importantes em suas estruturas econômicas e institucionais, enfrentaram problemas de gestão pública em períodos distintos. A evolução relativa do Espírito Santo contrasta com as maiores dificuldades observadas no estado fluminense em determinados indicadores. Essa diferença é compatível com a interpretação de trajetórias institucionais distintas, mas não permite, isoladamente, estabelecer que as diferenças de desempenho sejam decorrentes exclusivamente das características institucionais de cada estado.

Santa Catarina, por sua vez, constitui uma referência comparativa relevante por apresentar desempenho elevado em diversas das dimensões analisadas. A aproximação do Espírito Santo em relação a esse estado, especialmente em indicadores educacionais e em alguns resultados de saúde, reforça a identificação de uma evolução relativa favorável em determinadas dimensões das políticas públicas. Ao mesmo tempo, a permanência de Santa Catarina em posição superior em diversos indicadores mostra que essa aproximação não ocorreu de maneira uniforme em todas as dimensões analisadas.

É importante, contudo, delimitar o alcance dessas conclusões. A análise realizada é predominantemente descritiva e comparativa. Ela identifica a coincidência temporal entre a inflexão institucional observada em 2003 e a evolução favorável dos indicadores, além de mostrar a melhoria relativa do Espírito Santo diante dos estados selecionados. Não se pretende, portanto, atribuir exclusivamente à mudança institucional de 2003 cada uma das melhorias identificadas, uma vez que fatores econômicos, sociais, demográficos e políticos também podem ter influenciado a evolução das políticas públicas e de seus resultados.

Com essa ressalva, os achados são compatíveis com a proposta metodológica delineada na Seção 2 e com o referencial institucionalista adotado. Em particular, a evolução observada desde 2003 é consistente com a hipótese de fortalecimento da capacidade institucional do estado e pode ser relacionada à construção de instituições progressivamente mais inclusivas, no sentido atribuído por Acemoglu e Robinson (2012). A melhoria de diferentes políticas públicas, associada ao desempenho favorável em transparência e gestão fiscal e à aproximação de Santa Catarina em diversos quesitos, constitui um conjunto de resultados convergentes com essa interpretação, embora não permita isolá-la de outros fatores explicativos.

Assim, embora os resultados não permitam estabelecer uma relação causal isolada entre a inflexão institucional de 2003 e a evolução de cada indicador, eles oferecem elementos compatíveis com a interpretação de que o Espírito Santo passou, nas últimas duas décadas, por um processo de fortalecimento de sua capacidade institucional associado à melhoria de suas políticas públicas. Esse conjunto de evidências também é consistente com a hipótese de construção e consolidação de instituições mais inclusivas e menos suscetíveis à captura por mecanismos de natureza extrativista. Essa interpretação, contudo, deve ser compreendida como uma leitura institucionalista dos resultados descritivos e comparativos, e não como uma demonstração causal decorrente das estimativas apresentadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou ir além das análises predominantemente da Ciência Política disponíveis, contribuindo com um novo olhar a partir de uma análise de cunho mais econômico sobre a trajetória institucional e política do Espírito Santo nas últimas décadas. Assim, buscou-se mostrar que o ano de 2003 pode também ser interpretado no esquema de hierarquia institucional de Acemoglu e coautores como sendo o de uma inflexão positiva no quadro político-institucional do Espírito Santo, dado o período de baixa qualidade institucional de 1991-2002.

Apesar de não ser possível a aplicação do enfoque de Acemoglu para o caso da economia capixaba da mesma forma que costuma ocorrer em outros estudos regionais (como em vários estudos sobre instituições de municípios), buscou-se mostrar, por meio de métricas como CAGR e regressões (tanto linear como log-linear), que a comparação com outros dois estados em indicadores de tipos selecionados de políticas públicas evidencia como a referida virada institucional pode ser associada ao aprimoramento das instituições inclusivas capixabas (pelo menos para os padrões brasileiros). Isso tudo é atestado também por um reportamento histórico que mostrou a passagem de uma situação inicial de “Medellín brasileira” para, pouco mais de duas décadas depois, se chegar ao destaque nacional em várias políticas públicas “meio” e “finalísticas”, sem contar a significativa velocidade de melhoria em praticamente

todas as políticas da amostra analisada. Para o aperfeiçoamento destas conclusões, podemos encerrar o artigo com algumas sugestões de pesquisas futuras.

Em primeiro lugar, e lembrando que a amostra de indicadores de políticas avaliados foi reduzida apenas por questões de espaço, nada impede que tal análise possa ser realizada para outras políticas também. O próprio fato de o Espírito Santo ocupar atualmente a sexta posição no Ranking de Competitividade dos Estados (CLP, 2025), mais uma vez à frente do Rio de Janeiro (13º lugar) e atrás de Santa Catarina (2º lugar), sendo que tal ranking se baseia em uma amplitude muito maior de avaliação de indicadores de políticas públicas, é mais um indício de que o estado capixaba tem caminhado com sucesso na busca por instituições inclusivas.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que as políticas relacionadas com ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), destacadas na abordagem de Acemoglu e coautores como essencial na construção de instituições inclusivas, também não foram tratadas neste artigo apenas por razões de espaço. Embora tais políticas tenham recebido atenção significativa dos dois grupos políticos que se revezaram no poder estadual nas últimas décadas, inclusive com continuidade nas ações, como nos outros casos aqui analisados, não obtiveram o mesmo sucesso em termos de melhoria nos indicadores, ainda considerados de nível mediano no contexto dos estados brasileiros (Caçador, 2024). O desafio para estas políticas públicas locais, então, além de maior nível de investimentos nas áreas científicas, é enraizar capacidade inovativa por todo o tecido produtivo local, a partir, por exemplo, do crescimento dos indicadores locais de P,D&I, nos quais as estatísticas mostram uma posição do Espírito Santo também muito além do seu potencial, com dificuldade até histórica em avançar nestas atividades (Caçador, 2024), ao contrário do que vem ocorrendo na amostra de políticas avaliadas no presente trabalho.

Por fim, cabe lembrar que a metodologia de análise utilizada, aliando referencial histórico com avaliação de indicadores de políticas públicas sob várias métricas, evidentemente não se restringe ao caso do Espírito Santo, podendo ser replicada em avaliações de instituições (inclusivas e extrativistas) de outras unidades da federação (estados e municípios), sempre em estudos comparativos, e mais propriamente em situações de verificação de evolução de indicadores a partir de mudanças institucionais (com a identificação das respectivas conjunturas críticas, quando for o caso). Considera-se que a metodologia proposta, ao incluir na análise a avaliação histórica do arranjo institucional que levou àquela evolução dos indicadores, amplia o entendimento de como o tipo de arranjo vivenciado influencia decisivamente a qualidade das políticas públicas implementadas, e, no final das contas, a melhoria da vida da população.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Prefácio. In: MELO, C.; SELIGMAN, M; DELGADO, M. (Orgs.). **Decadência e reconstrução**. Espírito Santo: lições da sociedade civil para um caso político no Brasil contemporâneo. São Paulo: BEI, 2020.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, P. DURLAUF, S. (Eds.). **Handbook of economic growth**. Elsevier, 2005.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam?** As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. The role of institutions in growth and development. **Review of Economic and Institutions**, v. 1, n. 2, p. 1-33, 2010.

BARCELOS, V. ES tem o 2º melhor ensino médio do país e governo quer ampliar números de escolas em tempo integral. **G1 ES**, Vitória, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/educacao/noticia/2024/08/15/es-tem-o-2o-melhor-ensino-medio-do-pais-e-governo-quer-ampliar-numero-de-escolas-em-tempo-integral.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BARROS, G. ES recebe nota A+ em gestão fiscal e capacidade de pagamento. **Folha Vitória**, Vitória, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/economia/es-recebe-nota-a-em-gestao-fiscal-e-capacidade-de-pagamento/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de saúde dos estados**. Brasília: Ministério da Saúde/DATASUS, 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 14 maio 2025.

BRESSIANI, M. SC redesenha mapa econômico para converter liderança em desenvolvimento regional. **Gazeta do Povo**, Florianópolis, 20 maio 2026. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/santa-catarina/sc-redesenha-mapa-economico-para-converter-lideranca-em-desenvolvimento-regional/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CAÇADOR, S. B. **Instituições, economia do conhecimento e crescimento econômico**: uma análise da evolução recente do Espírito Santo. Vitória. 2024. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2024.

CARMO, W. Castro diz que Rio corre o risco de atrasar salários de servidores: segundo o governador, o estado “caminha para isso” em 2026. **Carta Capital**, São Paulo, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/castro-diz-que-o-rio-corre-o-risco-de-atrasar-salarios-de-servidores/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CASAGRANDE, R. Mensagem do governador. In: **Espírito Santo**: planejamento estratégico 2019/2022. Secretaria de Economia e Planejamento, Governo do Estado do Espírito Santo, 2019.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA (CLP). **Ranking de competitividade dos estados 2025**. São Paulo: CLP, 2025. Disponível em: <https://rankingdecompetitividade.org.br/estados/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica (UFRGS)**, v. 19, n. 36, p. 25-46, 2001.

ESPÍRITO SANTO. **ES 2025**: plano de desenvolvimento. Governo do Estado do Espírito Santo, 2006.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Economia e Planejamento (SEP). **Espírito Santo é o Estado que mais realizou investimentos em 2023**. Vitória: SEP, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-e-o-estado-que-mais-realizou-investimentos-em-2023>. Acesso em: 17 ago. 2026.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). IFDM SC – 2,8 milhões de catarinenses vivem em municípios com alto desenvolvimento socioeconômico. **Firjan**, Rio de Janeiro, 07 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/destaques/estados/ifdm-sc-2-8-milhoes-de-catarinenses-vivem-em-municipios-com-alto-desenvolvimento-socioeconomico.htm>. Acesso em: 17 ago. 2026.

G1. Com nova prisão, Santa Catarina chega a 30 prefeitos presos desde 2020; veja lista. **G1 SC**, Florianópolis, 19 maio 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2026/05/19/com-nova-prisao-santa-catarina-chega-30-prefeitos-presos-desde-2020-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2026.

GARSON, S. Gestão fiscal do Espírito Santo 2002–2008: pavimentando o caminho para o crescimento da economia estadual. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Instituto Jones dos Santos Neves, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Esperança de vida ao nascer de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 28 nov. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?edicao=45273&t=resultados>. Acesso em: 17 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Notas do IDEB (2025)**. Brasília: Inep, 05 ago. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 17 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Ideb avança em todas as etapas da educação básica no Espírito Santo**. Brasília: Inep, 06 ago. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ideb/ideb-avanca-em-todas-as-etapas-da-educacao-basica-no-espírito-santo>. Acesso em: 17 ago. 2026.

IPEADATA. **Índice de Gini de rendimento**. 2025a Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

IPEADATA. **Taxa de homicídio por 100 mil habitantes**. 2025b. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

MACHADO, V. José Carlos Gratz e outros dois são presos pela Polícia Federal no ES. **G1 ES**, Vitória, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/jose-carlos-gratz-e-outros-dois-sao-presos-pela-polícia-federal-no-es.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2026.

MELO, C.; SELIGMAN, M; DELGADO, M. (Orgs.). **Decadência e reconstrução**. Espírito Santo: lições da sociedade civil para um caso político no Brasil contemporâneo. São Paulo: BEI, 2020.

NORTH, D. **Understanding the process of economic change**. Princeton University Press, 2005.

PEREIRA, H.; ROMERO, J.; MEDEIROS, V. Kaldor-Verdoorn's law and institutions: evidence from Brazilian municipalities. **Cambridge Journal of Economics**, v. 45, p. 511–536, 2021.

PESSANHA, R. ES passou da posição de “primo pobre” do Sudeste à referência nacional. **A Gazeta**, Vitória, 13 maio 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/es-passou-da-posicao-de-primo-pobre-do-sudeste-a-referencia-nacional-0522>. Acesso em: 17 ago. 2026.

RIBEIRO, P. Entenda a crise no Espírito Santo, chamado de “Estado sem lei”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71738.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ROCHA, R. T. **A formação de gabinetes no governo do estado do Espírito Santo (1995–2014)**. São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015.

SILVA, M. Z. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Instituto Jones dos Santos Neves, 2010.

SUZUKI, W.; LAURINI, M.; NAKABASHI, L. Spatial heterogeneities, institutions, and income: evidence for Brazil. **Papers in Regional Science**, v. 101, n. 3, p. 537–571, 2022.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Transparência e Governança Pública 2023**. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/itgp/>. Acesso em: 14 maio 2025.

TRECE, J. Estado do Rio é o que menos cresceu desde 1985. **Blog do IBRE**, Rio de Janeiro, 30 set. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/estado-do-rio-e-o-que-menos-cresceu-desde-1985>. Acesso em: 17 ago. 2026.

VERLI, C. ES é o estado com maior expectativa de vida aos 60 anos entre homens e mulheres em todo o país, diz IBGE. **G1 ES**, Vitória, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/03/08/es-e-o-estado-com-maior-expectativa-de-vida-aos-60-anos-entre-homens-e-mulheres-em-todo-o-pais-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2026.